

Gustavo Arce<sup>2</sup>**Resumo**

Pretende-se neste artigo realizar um balanço da história da economia mundial a partir do século XVII até o século XXI, compreendendo suas estruturas, fases e desdobramentos. Trata-se de período histórico essencial, no qual o capitalismo se desenvolve. As linhas de análise enfatizam o país ou países hegemônicos de cada época, mostrando suas implicações nas correntes teóricas e na prática, que foram se desenvolvendo ao longo do processo histórico. Apresentam-se primeiramente os atores, fluxos e fases históricas da evolução da economia mundial. A primeira fase trata da formação do mercado mundial e do estabelecimento das bases econômicas e políticas da « ordem » europeia (1600-1750/70); a segunda fase refere-se à ordem europeia (1750/70-1870); e a terceira fase é a ordem anglo-russo-soviético-estadunidense (1870-1980/99). Por fim, a quarta fase ou período na evolução da economia mundial, a partir de 1970, abre-se então período de crise e de mutações para os sistemas econômicos e para a humanidade: do capitalismo industrial ao da informação e do conhecimento; da era da propriedade à do acesso, Economia da Informação e a Sociedade do Conhecimento. Vê-se, então, como se situa a simbiose entre produção de mercadorias e produção do saber, a Economia da Informação e o comércio do conhecimento - a propriedade intelectual e por fim as negociações sobre as reconfigurações dos centros de poder da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** História da economia mundial. Capitalismo. Relações Internacionais. Ordem Europeia. Ordem anglo-russo-soviético-estadunidense. Economia da Informação. Sociedade do Conhecimento. Reconfigurações dos Centros de Poder.

**Abstract**

This article aims to establish a balance of the world economy's history from XVII century to the XXI century, going through its structure, phases and deployment. It is an essential historic period, in which capitalism is developed. The methods of analysis emphasize the hegemonic country or countries of each moment, presenting its implications in the theoretic currents and in the factual pragmatism, which have been developed along the historic process. Firstly, the actors, the flows and the historic phases of the world economy evolution are presented. The first phase is about the constitution of the world market as well as the establishment of the economic and politic bases of the European "order" (1600-1750/70); the second phase refers to the European order (1750/70-1870); and the third phase is the Anglo-Russian-Soviet-American order (1870-1980/99). Finally, the fourth phase or period in the world economy evolution starts in 1970, when a period of crises and mutations appears in the economics systems and in humanity: from industrial capitalism to information and knowledge capitalism; from Property Era to the Access/Inclusion Era, Information Economy and Knowledge Society. It is possible to see, then, how stands the symbiosis between merchandise and know-how production, the Information Economy and the Knowledge Trade - The Intellectual Property. Lastly, the negotiations about the reconfigurations of the Centers of Power of contemporaneity are analyzed. The text is intended primarily for students of world economy and international relations.

**Keywords:** History of the world economy. Capitalism. International Relations. European order. Anglo-Russian-Soviet-American order. Information Economy. Knowledge Society. Centers of Power reconfigurations.

\* Recebido em: 10/09/2013

Aprovado em 15/02/20104

<sup>1</sup> Traduzido do espanhol para o português pelo autor. Originalmente publicado pela Fundación De Cultura Universitaria, Montevideo, Uruguai.<sup>2</sup> Doutor em Economia Internacional pela Université de Paris. Coordenador do curso de Relações Internacionais da UDELAR – Universidad de la República – Uruguai. E-mail: gustavoarce@arce@gmail.com

## 1 Introdução

Nos últimos trinta anos do século XX, os núcleos mais poderosos do capitalismo, tanto do Norte “rico” e desenvolvido como do Sul “pobre” e subdesenvolvido, lançaram-se a superar os limites econômicos, sociais, técnicos e políticos da matriz taylor-fordista, mediante a transformação das condições nas quais se produzem as mercadorias ou os bens econômicos.

O processo de transformação ocorreu devido à possibilidade de algumas grandes empresas e Estados que possuíam meios de associar a produção dos bens à produção de conhecimento. O desenvolvimento desigual e conflitivo de uma economia capitalista da informação começou por volta dos anos 80 e prossegue, atualmente, provocando modificações consideráveis na divisão social e técnica do trabalho, na organização da oferta e da demanda, nas formas e modalidades da concorrência e na relação do Estado com o mercado e a sociedade civil.

Por essas razões, entre outras, o capitalismo e a humanidade estão em fase de evolução histórica notoriamente diferente às conhecidas desde 1600. Na primeira parte desse artigo, serão apresentados e analisados o objeto de estudo da Economia Mundial, seus Atores, seus fluxos e as três primeiras fases de sua evolução histórica. Na segunda parte serão examinadas as transformações da economia mundial e das relações internacionais nos últimos cinquenta anos.

## 2 Os atores, os fluxos e as fases da economia mundial

O objeto de estudo da Economia Mundial consiste em identificar e explicar as relações entre a economia dos povos e das Nações - economia nacional ou interna -, a economia entre as Nações e os Estados - economia internacional -, e a economia no Mundo.

A análise da Economia Mundial implica e exige que ela se realize mediante a abordagem de atores e de fluxos. Os atores são: os Estados; os atores não estatais que intervêm em atividades ditas lícitas (as empresas multinacionais globais (EMGs), os atores que representam a sociedade civil mundial - as Organizações Não Governamentais (ONGs) - e outras organizações privadas que representam o mundo associativo); e finalmente os atores privados que desenvolvem ampla e poderosa faixa de atividades econômicas ilícitas que

conformam a chamada economia e sociedade delitiva.

Os fluxos são a produção e o comércio mundiais, a população e seu deslocamento por meio de diversas fronteiras, o investimento direto estrangeiro, os fluxos monetários e financeiros. Da ação combinada dos atores e dos fluxos, surgem e estruturam-se as relações internacionais que decorrem em espaço hierarquizado, diversificado, que atravessa aos povos, as nações e aos Estados, e que constitui a economia mundial.

Podemos definir a economia mundial como o conjunto de atividades econômicas (materiais e imateriais, lícitas e ilícitas, produtivas, comerciais, financeiras, tecnológicas) que se desenvolvem em escala mundial, tanto a escala local, como regional, nacional e internacional e que são unificadas e governadas pela lógica de produção e reprodução capitalista. Desde os séculos XV e XVI, as formações capitalistas dominantes, por meio de suas relações internacionais, da ação de suas empresas e Estados, têm construído espaços multinacionais em que decorrem os densos fluxos da economia do Mundo.

Nos últimos 50 anos, a economia mundial e as relações internacionais – econômicas, jurídicas e políticas - voltaram-se mais densas e complexas do que foram no período denominado período da ordem europeia (1780-1870) e do mais recente chamado período anglo-russo/soviético-estadunidense (1870-1917/ 1918-1989).

Efetivamente, alguns poucos Estados que fundaram a Organização das Nações Unidas (ONU), ao finalizar a Segunda Guerra Mundial, hoje já são ao redor de 200 Estados que são membros da ONU. As relações interestaduais foram, são e seguirão sendo essenciais à existência de relações internacionais e à economia mundial.

**Quadro 1**

OS DEZ ESTADOS MAIS IMPORTANTES SEGUNDO SEU PIB - 2011		
Países	Em bilhões de dólares em PPC Base 2005	%
	Total mundial: 70.370	
1. EUA	13.340	18,96
2. China	9.945	14,13
3. Índia	4.035	5,73
4. Japão	3.917	5,57
5. Alemanha	2.814	4,00
6. Rússia	2.095	2,98
7. Reino Unido	2.034	2,89
8. Brasil	2.014	2,86
9. França	1.956	2,78
10. Itália	1.646	2,34

Total	43.796	62,24
Fonte: elaborado com dados do CEPII: <i>L'économie mondiale</i> 2013. Ed. La Découverte, Collection REPÈRES, Paris, França, 2012, p. 119 e seguintes.		

Como veremos posteriormente, o conceito e agregado econômico que é o PIB, utilizado também como indicador estatístico para quantificar e medir o poder e a riqueza de um Estado, exclusivamente em função do valor e do volume dos bens de uso final produzidos licitamente pelos residentes em um território será ampliado desde o último terço do século XX, pois o poder e a riqueza compreendem também os recursos produtivos e as cifras de vendas das EMGs, as produções e os valores monetários dos múltiplos e diferenciados empreendimentos que realizam as organizações civis não governamentais, os volumosos recursos que mobilizam as organizações com atividades ilícitas, além das importantes produções e atividades não remuneradas, e finalmente, os impactos que as diversas atividades humanas exercem sobre o **Quadro 2**

Desde 1950 começam a se elaborar novos “indicadores de riqueza”(GADREY; JANY-CATRICE, 2005). Ao pioneiro trabalho de Bertrand de Jouvenal, na França, seguiu o de Nordhaus e Tobin (SAMUELSON; NORDHAUS, 1996, p. 427), e o índice que elaboraram chamado índice de bem-estar neto - IBN -; desde a década dos anos 90, o Programa de Nações Unidas para o desenvolvimento humano começou a publicar anualmente relatório com esse título e classificou os Estados e Sociedades em função de seu já célebre e reconhecido internacionalmente Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -.

No ano 2001, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou um relatório sobre o capital humano e o capital social realizado sobre seis estados membros da OCDE com maior desenvolvimento econômico em termos de PIB.

TENDÊNCIAS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 1980-2011												
Classificação segundo o IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Classificação segundo o IDH	Taxa média de crescimento anual do IDH		
	Valor									Variação	(%)	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ALTO												
	1980	1990	2000	2005	2009	2010	2011	2006-2011	2010-2011	1980-2011	1990-2011	2000-2011
1. Noruega	0,796	0,844	0,913	0,938	0,941	0,941	0,943	0	0	0,55	0,53	0,29
2. Austrália	0,850	0,873	0,906	0,918	0,926	0,927	0,929	0	0	0,29	0,30	0,23
3. Países Baixos	0,792	0,835	0,882	0,890	0,905	0,909	0,910	5	0	0,45	0,41	0,29
4. Estados Unidos	0,837	0,870	0,897	0,902	0,906	0,908	0,910	-1	0	0,27	0,21	0,13
5. Nova Zelândia	0,800	0,828	0,878	0,899	0,906	0,908	0,908	0	0	0,41	0,44	0,31
6. Canadá	0,817	0,857	0,879	0,892	0,903	0,907	0,908	3	0	0,34	0,28	0,30
7. Irlanda	0,735	0,782	0,869	0,898	0,905	0,907	0,908	-3	0	0,68	0,71	0,40
8. Liechtenstein	--	--	--	--	--	0,904	0,905	--	0	--	--	--
9. Alemanha	0,730	0,795	0,864	0,895	0,900	0,903	0,905	-2	0	0,69	0,62	0,43
10. Suécia	0,785	0,816	0,894	0,896	0,898	0,901	0,904	-2	0	0,45	0,49	0,09

Fonte: Relatório do desenvolvimento humano 2011. Sostenibilidad y equidad: un mejor futuro para todos. Cuadro 2, p. 149. <http://hdr.undp.org>. Acesso em 30/09/2013

meio ambiente, isso é, o que se conhece como a impressão ecológica que significa e se mede em hectares globais<sup>1</sup>.

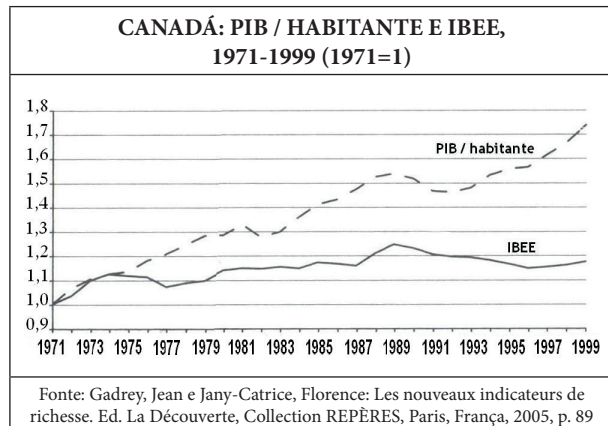
Dito relatório, reconhecia assim o trabalho de Lars Osberg “(GADREY; JANY-CATRICE, 2005) sobre o bem-estar econômico no Canadá. Em seu trabalho, Lars Osberg e Andreu Sharp analisaram as séries estatísticas do bem-

<sup>1</sup> Entende-se por impressão ecológica ou sobregiro ecológico o processo que sucede quando a demanda de uma população sobre um ecossistema excede a própria capacidade biológica. Isso implica que o ecossistema não pode regenerar os recursos que consome a população, nem também não absorver os desfeitos derivados do consumo humano. A impressão ecológica representa fração da biosfera produtiva (um hectare), necessária à manutenção dos fluxos indispensáveis para a produção e, portanto, à economia do homem no planeta Terra. Expressada em hectares globais, a impressão ecológica pode ser medido em termos equivalentes à superfície do Planeta. Por definição, então, o aumento da impressão ecológica implica e indica o esgotamento do capital biológico que permite e reproduz a vida no Planeta. Véase al respecto:

Raisson, Virginie: 2033. Atlas des Futurs du Monde. Ed. Robert Laffont, Paris, Francia, 2010; também: Rapport Planète Vivante 2010. Biodiversité, biocapacité et développement. Ver WWF: <http://www.wwf.fr/>

estar econômico nos Estados Unidos e compararam-nas com as do Canadá. As diferenças entre medir a riqueza e o poder em termos exclusivamente de PIB, e medi-las segundo o índice de bien-être économique (IBEE), ou seja, índice de bem-estar econômico são evidentes, como o prova a dita investigação.

Gráfico 1



A originalidade e a contribuição do índice de bem-estar econômico de Osberg e Sharp consistem em reunir e medir quatro dimensões do bem-estar econômico, a saber:

a) Em primeiro lugar tomam-se em conta os fluxos do consumo corrente, logo os fluxos reais da produção doméstica (trabalho não remunerado), os “bens” culturais e outro tipo de consumo de bens não mercantis;

b) Depois se toma em consideração o agregado neto do estoque de recursos produtivos (toda a faixa dos recursos que constituem o capital físico de uma sociedade), os bens de consumo duradouro, o investimento em investigação e desenvolvimento, os custos meio ambientais e o endividamento externo;

c) Em terceiro lugar o índice faz referência à distribuição do rendimento, a pobreza e as desigualdades que, em geral, conhece uma população determinada;

d) Finalmente, considera-se a dimensão da segurança ou da insegurança econômica (o temor de perder um trabalho, as possibilidades de padecer uma doença, ou quebra dos laços familiares, a velhice, etc.).

Como pode ser apreciado, a proposta de Osberg e Sharp demonstra a dimensão econômica herdada da macroeconomia keynesiana representada nas contas nacionais - bens de uso intermediário e finais, os componentes da demanda interna, o PIB, a análise da distribuição do rendimento -, com as percepções que os indivíduos se forjam da segurança ou da insegurança,

não só econômicas, senão também das que surgem de atividades não necessariamente mercantis.

Tal como o assinalam Jean Gadrey e Florence Jany-Catrice (2005)<sup>2</sup>, o índice elaborado por Osberg e Sharp conquanto têm em conta os recursos e os bens que fluem em um mercado, esse se complementa porque trata de medir a sensação de bem-estar que determinada população tem quando tomada em consideração elementos que não são estritamente fluxíveis num mercado. Segundo esses autores, o índice de Osberg e Sharp tende a ter em conta os elementos que resumem o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, número 1, segundo o qual:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, bem como a sua família, a saúde e o bem-estar, e em especial a alimentação, o vestido, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários; tem assim mesmo direito aos seguros em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de seus meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade (ONU)

Recentemente tem sido publicado outro relatório que tenta completar e expandir a noção da riqueza e o poder de um Estado não só em termos de PIB. É o relatório da Comissão sobre as Atuações Econômicas e Sociais elaborado sob a responsabilidade de Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi.<sup>3</sup>

A sua vez, no que diz respeito aos atores não estatais que realizam atividades lícitas (EMGs), no último meio século, seu peso e sua importância se incrementaram consideravelmente no funcionamento da economia mundial e nas relações internacionais.

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), em seu Relatório Anual World Investment Report (apud ANDREFF, 2003) do ano 2001, o novo milênio iniciou-se contando com 65.000 EMGs que proviam de 67 países e que possuíam e/ou controlavam 850.000 filiais presentes em 175 Estados. As cifras de vendas dessas filiais equivaliam, nesse ano:

Aos 11% do Produto Interno Bruto Mundial - PIBM -, isso é, um pouco mais do que representava o Chinês no PIBM;

<sup>2</sup> Especialmente o capítulo 6.

<sup>3</sup> Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social. Difundido publicamente o 14/09/2009. [www.stiglitz-sen-fitoussi.fr](http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr)

A duas vezes e meio o valor das exportações mundiais (em 2001, o valor das exportações mundiais foi de 5.984 mil de milhões de dólares americanos)<sup>4</sup>.

Nesse mesmo ano na carteira de New York, a capitalização bursátil dessas mesmas EMGs atingiu quase o 10% do PIBM<sup>5</sup>, o que equivale a um pouco mais de duas vezes o valor da parte que representa o Mercosul (4,1%) e o Asean (4,1%), no Produto Mundial.

Em 1984, as 200 multinacionais privadas mais poderosas representavam um quarto do Produto Mundial e quase um terço em 1997 (CLAIRMONTÉ, CAVANAGH, 1985, 1997)<sup>6</sup>. Entre 1990 e 2000, o PIBM multiplicou-se por 1,2; mas as vendas das 500 EMGs multiplicaram-se por 3,2<sup>7</sup>. Com estas ordens de magnitude que indicam, parcialmente, o poder que ostentam as EMGs, compreendem-se rapidamente os fundamentos econômicos e políticos que justificam a importância decisiva que as EMGs tiveram, têm e terão no funcionamento e na estrutura das relações econômicas internacionais.

No ano 2009, segundo a revista norte-americana Fortune (apud BEAUD, 2011, p. 76), as primeiras 500 empresas globais realizam uma cifra de vendas que equivale: às 2/5 partes do valor do PIB Mundial do dito ano e às 3/5 partes do valor do comércio mundial, desse mesmo ano. Isso é, esses números são similares aos que os EUA, junto à UE, representam respectivamente no PIBM e no Comércio Mundial.

Em virtude dos recursos que controlam similares, e ainda superiores aos de muitos Estados-Nações, as EMGs influem de maneira decisiva na:

Organização que vai assumindo a divisão internacional do trabalho e, portanto, nas especializações das regiões e em suas produções;

Matriz e a estrutura sobre a qual se assenta o sistema produtivo mundial (que, como, quanto e para quem produzir? que métodos utilizar na organização da produção? Taylorismo, fordismo, neotaylorismo/ohnismo, ou toda outra combinação possível na organização do trabalho etc.);

Elaboração das medidas de política econômica dos Estados e dos Governos, nos organismos internacionais surgidos dos acordos pactuados em Yalta e em Bretton Woods, atualmente em pleno processo de reformulação, tanto em seus objetivos como na redistribuição do poder que os estados possuem em ditas instituições.

Nos últimos 50 anos, com o notável processo de internacionalização do capital e da produção e com o aumento constante dos intercâmbios comerciais mundiais, o decisivo peso das EMGs também tem provocado mudanças profundas nos alicerces sobre os quais se edificou grande parte do edifício teórico e prático do comércio internacional e das relações econômicas internacionais. Efetivamente, com a multinacionalização da produção e o comércio que impõem as EMGs, desenvolveu-se e consolidou-se o comércio intrafirma, isso é, aquele que circula entre as filiais e a casa matriz das EMGs. Esses fluxos intramultinacionais representam ao princípio do presente século, segundo as fontes e os cálculos<sup>8</sup>, entre os 30 e os 60% do comércio total mundial. Este tipo de comércio interno ao espaço que criam as EMGs altera a concepção clássica e convencional da economia e da contabilidade que prende os intercâmbios entre empresas ontologicamente diferentes, e residentes em Estados diferentes (CHAPONNIÈRE; LAUTIER, 2012, p. 91-103).

### Quadro 3

AS DEZ MAIORES EMPRESAS MULTINACIONAIS MUNDIAIS SEGUNDO ATIVOS NO ESTRANGEIRO - 2010				
Empresa	Sector	País de origem	Ativos totais*	Ativos no estrangeiro*
General Electric	Material eléctrico	EUA	751.216	551.585
Royal Dutch Shell	Petróleo	Reino Unido/ Holanda	322.560	271.672
BP	Petróleo	Reino Unido	272.262	243.950
Vodafone Group	Telecomunicações	Reino Unido	242.417	224.449
Toyota	Motores e automóveis	Japão	359.862	211.153
Exxon Mobil	Petróleo	EUA	302.510	193.743
Total S.A.	Petróleo	França	192.034	175.001
Wolkswagen	Motores e automóveis	Alemanha	266.426	167.773
EDF France	Energia	França	321.431	165.413
GDF France	Energia	França	246.736	151.984

\* milhões de dólares americanos.

Fonte: elaborado com dados do UNCTAD, Web table 29, 2010.

<sup>4</sup> Veja-se O.M.C: Estadísticas del comercio internacional. Informe Anual 2002, Genebra, Suíça.

<sup>5</sup> Multinationales: secousses dans la mondialisation. Em: Alternatives Économiques, Hors série, 4è trimestre 2001, Ed. SCOP-SA, Paris, França, p. 52 e ss.

<sup>6</sup> Ver Também, Beaud, 1989, p. 60; e ARCE; FERRO, 2000.

<sup>7</sup> Em World Investment Report. Transnational Corporations and Export Competitiveness. UNCTAD, 2002, Box IV.1, p. 90.

<sup>8</sup> Ver por exemplo, Andreff, , 2003 e OMC: Estadísticas del Comercio Mundial. Informe 2003, Genebra, Suíça; em 2003 o comércio total mundial atingiu o valor de 12.254 bilhões de dólares (5.984 para as X; 6270 para as M).



Quanto aos atores não estatais que intervêm de fato nas relações internacionais e na economia mundial, em atividades lícitas, é necessário destacar especialmente todas aquelas organizações não governamentais e do movimento associativo e cooperativo. Entre 1900 e 1970, as associações civis sem fins lucrativos denominadas ONGs não atingiam a cifra de 5.000; nos últimos trinta anos constituíram-se quase 25.000, segundo o relatório dos pesquisadores da London School Economics, autores da *Global Civil Society* (KALDOR; ANHEIER; GLASIUS, 2003; HALL; HODNEY BRUCE; BIERSTEKER; THOMAS, 2003) M y. A fulgurante ascensão do mundo associativo das ONGs internacionais, núcleo da emergente sociedade civil mundial, mostra que junto ao acionar do Estado e do sistema político, as pessoas se agrupam e se associam, seja para desenvolver ações junto ao Estado, seja para substituí-lo em funções que genuinamente lhe corresponderiam assumir e que por múltiplas razões já não as cumpre.

Na Europa Ocidental, onde se localizam maioritariamente as sedes das principais ONGs<sup>9</sup>, o esforço ao qual se viram submetidos os Estados e os governos ao fim da Segunda Guerra Mundial foi o de reconstruir a economia capitalista e a Nação. Ao impulso de alguns setores provenientes do cristianismo humanista desenvolveram-se as ONGs com o objetivo de colaborar em atividades destinadas a cobrir as necessidades básicas de um importante setor da população submergida na pobreza e no desamparo. Nesse mesmo movimento governado pela solidariedade, o voluntariado e o humanismo, outras organizações ocuparam-se ativamente dos problemas do crescimento econômico, o subdesenvolvimento e as lutas anticolonialistas que começavam então a aparecer ou se desenvolver na África e na Ásia.

Nas décadas de 70 e 80, novos empreendimentos solidários e humanitários vão de encontro aos grandes valores da Humanidade: a defesa dos Direitos Humanos, a Justiça, a Liberdade, a Democracia; nos anos 90 os temas referidos à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável explicam que a presença das ONGs seja visível em quase todos os continentes e opinando em quase todos os grandes temas que dizem respeito aos cidadãos do mundo. Cada vez mais, tanto

pelos recursos que controlam<sup>10</sup> como pela concorrência e solvência de suas análises técnicas, os temas de algumas grandes ONGs ingressam à agenda da política internacional e obrigam os Estados e os governos a tomar posição (Greenpeace, Amnesty International, Amigos da Terra, Attac, Oxafam, etc.).

No mesmo sentido, a realização de grandes Fóruns Mundiais (como o de Porto Alegre) e o estabelecimento de redes mundiais sobre os mais variados temas aumentam então a lista desses novos atores não estatais nas relações internacionais.

Finalmente, é necessário incorporar na análise dos atores e dos fluxos da economia mundial e das relações internacionais os atores não estatais que desenvolvem atividades ilícitas.

#### A economia e a sociedade delitiva

Em 1990, o juiz francês Jean de Maillard publicou *Un Monde sans Loi*<sup>11</sup>. O livro é um relatório sobre as atividades das grandes máfias internacionais, realizado em colaboração com outros quatro magistrados europeus<sup>12</sup>. Nesse livro documenta-se e analisa-se o que os autores chamam de Produto Criminoso Bruto (PCB), cujo valor oscilaria, para 1986, em uns 800 bilhões de dólares americanos, isso é, um montante superior ao PIB da Espanha e equivalente ao PIB do Canadá. Em outros termos: a economia delitiva cria uma riqueza que a localizaria no quarto ou quinto lugar entre os 10 Estados mais poderosos segundo o valor da totalidade dos bens finais que podem ser criados, licitamente, durante um ano de atividade econômica registrada numa clássica Matriz de Transações das Contas Nacionais.

Segundo o relatório citado, o desmembre por grandes “rubros” de atividade do PCB mostra que a metade da economia criminosa se concentra na droga (produção e comércio para uma demanda que oscila entre 4% e 6% da população mundial) e no tráfico de

<sup>10</sup> Segundo algumas estimativas, as cifras são da ordem de 900 milhões de dólares para a poderosa World Vision; de 600 milhões para o grupo Care, de 500 milhões para Oxafam. Ver *Alternatives Économiques*. Nº 59 Hors Série, 1er trimestre 2004, Paris, França, p. 19.

<sup>11</sup> Editado por Stock, Paris, França, 1999, 140 pp. Ver também *Revista Noticias*. Nº 1181 do 4 de Agosto de 1989, República Argentina.

<sup>12</sup> A saber: Bertossa, Bernard (Fiscal Geral de Genebra), Demmepe, Benoit (Procurador do Rei da Bélgica), Giananella, Antonio (Juiz em Nápoles) e Van Ruymbeke, Renaud (Juiz na França).

<sup>9</sup> Das ONGs analisadas pelo censo da *Global Civil Society*, mais da metade tem sua sede em Paris e em Londres; seguido de Genebra e Bruxelas; e nos EUA, Nova York e Washington.

armas. Os restantes 400 bilhões de dólares destinam-se a remunerar os “serviços”, fundamentalmente aqueles relacionados à “segurança” (guardas e exércitos privados), encarregados de proteger os circuitos delitivos, e em “serviços profissionais” (experientes financeiros, juristas, assessores contábeis, etc.) especializados em legalizar o dinheiro proveniente da economia delitiva mediante sua “camuflagem” e reintrodução na economia legal.

Após detalhar o *modus operandi* das grandes máfias internacionais, o juiz de Maillard e seus colaboradores sustentam que o principal problema da economia do crime não é o enriquecimento ilícito, senão seu poder de corrupção e ameaça que a ela representa para a democracia. Para poder realizar suas operações sem maiores dificuldades, os empresários do crime devem “comprar” políticos e servidores públicos do Estado. Os quatro anos do governo do presidente Ernesto Samper da Colômbia ilustram irrefutavelmente a capacidade de penetração que as máfias têm nos aparelhos dos partidos políticos e nos serviços do Estado.

Em *Un Monde sans Loi* infere-se o desenvolvimento do mesmo fenômeno na Argentina. Na ex-URSS, a restauração da economia capitalista implicou, entre outras medidas, a intensa privatização das empresas estatais, processo que permitiu à máfia russa “mascarar” suas suntuosas fortunas engendradas na economia delitiva: mais de 40 % da economia atual da CEI está sob o controle da máfia, segundo relatórios da Interpol aos que acederam os juizes da União Europeia. Compreendem-se sem dificuldade os temores e a advertência que nas conclusões o juiz de Maillard expressa:

“[...] nem a saúde das democracias, nem a política dos Estados, nem os equilíbrios financeiros podem ser considerado ao abrigo das múltiplas ameaças que representa a criminalidade sem fronteiras [...]”<sup>13</sup>(DE MAILLARD, 1999).

Em 2010, segundo Jacques Attali em seu trabalho: *Demain qui gouvernera le monde?* (ATTALI, 2011), a economia criminosa representa, de acordo com as diferentes fontes e as formas de seu cálculo, entre o 5 e o 20% da economia mundial. Na hipótese de 5% a economia criminosa atingiria uma cifra de 1.800 bilhões de dólares, isso é, um valor quase equivalente ao valor do PIB da França no ano 2011, e na hipótese de 20%, esse

valor seria maior ao valor do PIB do capitalismo dos Estados Unidos em 2011 (ver quadro 1).

Nos últimos 50 anos, a economia mundial e as relações internacionais não só conhecem mais atores e novos temas, senão que ademais estão processando uma mutação e uma mudança civilizacional com o rendimento desigual e conflitivo, mas irreversível à economia da informação e à sociedade do conhecimento, tal como veremos mais adiante.

O atual processo de transição ao capitalismo da informação e à sociedade do conhecimento encontra uma de suas mais importantes causas no esgotamento técnico e social da divisão do trabalho taylor-fordista, que desde o último terço do século XX afetou tanto aos capitalismos dominantes de então (EUA, Japão, UE.) como à economia e sociedade soviéticas.

Entre 1980 e 2000, enquanto a economia e a sociedade soviéticas permaneciam no estancamento econômico e social, processo que culminou finalmente na autodissolução da URSS (1999-2000), os capitalismos ocidentais iniciaram um processo constante, complexo, desigual e conflitivo de revolução científico-técnica que consistiu em aumentar a simbiose entre a produção de mercadorias e a produção do conhecimento. O bilhete a uma economia da informação significou que a lógica do capital e a economia mundial ingressassem em uma quarta fase, bem como a humanidade iniciasse uma nova era na sua já milenária existência.

Nessa quarta fase, a produção e a economia próprias do capitalismo da informação e a sociedade do conhecimento organizam os recursos por meio de uma nova matriz produtiva chamada Relação Social de Serviço, a qual é uma das mais simbólicas manifestações da mutação econômica e giro civilizacional que se inicia no último terço do século XX. A outra, em paralelo e sobrepondo à anterior, é o notável processo de reconfiguração dos centros de poder da economia mundial.

Depois de quatro séculos de liderança e de domínio das Regiões, dos Estados e do capital ocidental sobre a maior parte dos recursos constitutivos do espaço econômico do mundo, desde os anos 1970-1980, a economia mundial e as relações internacionais (ARCE, 2011, p. 193-209) estão começando a ser organizadas de acordo a uma bipolaridade compartilhada e competitiva entre os Estados Unidos/ a União Europeia, o polo ocidental, e China/ Índia, o polo oriental, que reaparece na cena internacional de onde o Ocidente o expulsou por volta de 1600.

<sup>13</sup> Ver também Revista Noticias, Nº 1181.

Quadro 4

A DISTRIBUIÇÃO MUNDIAL DO PRODUTO EM GRANDES REGIÕES (em %)			
ZONA/PAÍSES	2004	2025	2050
União Europeia	34	25	15
EUA	28	27	26
Japão	12	7	4
China	4	15	28
Índia	2	6	17
Outros	20	20	10

Fonte: «Bilan du Monde 2007». L'Atlas de 174 pays. Ed. Le Monde S.A, Paris, França, 2007, p. 12

A mudança das Regiões e dos Estados líderes, na cúspide da hierarquia da economia mundial, vai acompanhando também de uma ascensão dos capitalismos intermediários ou “emergentes”, como é o caso de Brasil, Rússia, Índia, África do Sul e México, movimento que vai desenhando o novo mapa e ordem geopolíticos do século XXI.

Então, nos últimos 50 anos a economia mundial, as relações internacionais e a humanidade assistem a uma mutação e a um giro civilizacional, que justificam que estejamos em frente a uma nova fase do “capitalismo histórico” (WALLERSTEIN, 1987) diferente das conhecidas nos últimos quatro séculos. Repassemos brevemente as anteriores, pois isso permite captar e prender mais claramente essa quarta fase da economia mundial no século XXI.

### As fases históricas da evolução da Economia Mundial

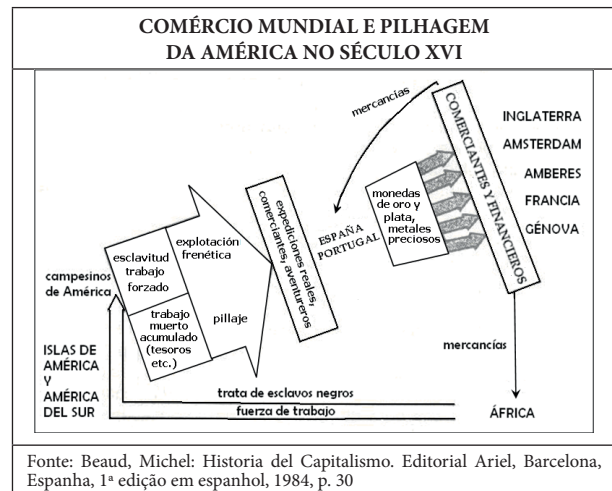
Considerando-se as formas de manifestação da concorrência intercapitalista, as fontes de energia utilizadas, as inovações científicas e técnicas, as moedas, que circunstancialmente impuseram sua hegemonia no âmbito financeiro e monetário, pode-se apresentar - grosso modo - as fases históricas da Economia Mundial que precederam à atual fase.

Primeira fase: formação do mercado mundial e do estabelecimento das bases econômicas e políticas da “ordem” europeia (1600-1750/70)

Mediante a conquista colonial, desde Holanda primeiramente, Inglaterra e França depois, o capitalismo mercantil começa lenta, mas inexoravelmente, a emancipar-se das lógicas de produção não capitalistas e, simultaneamente de iniciar o longo e lento processo de forjar as economias nacionais dominantes, conquista outros territórios, povos e recursos, assim tecendo as bases

da primeira divisão mundial do trabalho na medida em que Ásia, África, as Américas e Europa ficam integradas por relações fundamentalmente comerciais (especiarias, ouro, prata e outros metais, escravos, valiosas obras de arte, etc.).

Esquema 1



Nessa fase, a riqueza materializa-se não só na apropriação direta e violenta de produtos elaborados por lógicas de produção tributária, senão, principalmente, pelos ganhos que gera o comércio. A relação privilegiada dos Estados reais com as grandes companhias de comércio (quem possuem o monopólio do comércio exterior) faz deles os principais atores da emergente economia mundial. A economia política é a que fundam e teorizam os mercantilistas. As regiões e as economias dominantes são Holanda, França e Inglaterra; Espanha e Portugal serão cada vez mais economias intermediárias, em declive relativo, mas irreversível. As relações econômicas e políticas são as de dominação-exploração que os Impérios exercem sobre suas colônias.

### Segunda fase: a ordem Européia (1750/70-1870)

Esse segundo período é o que se caracteriza por ser o da consolidação do mercado mundial e o do rendimento da lógica capitalista à manufatura e, com a Primeira Revolução Industrial (simbolizada em a máquina de vapor de Watts), à era industrial. É a fase da “ocidentalização” do mundo, da “ordem europeia” e da “pax britânica”.

A região epicentro da economia mundial é Europa Ocidental; no seu interior Inglaterra e França prosseguem o esforço de suas classes - as burguesias financeiras



e industriais, os noviços proletários e outros setores estourados -, tanto por proteger sua “economia nacional” como por controlar e modelar a economia mundial.

Nela, a atividade comercial segue liderando o crescimento e o desenvolvimento do capitalismo: entre 1730 e 1830 o valor do comércio mundial multiplicou-se por três, mas fazer por vinte entre 1830 e 1913. O comércio, que representava o 3% do Produto Mundial no final de 1700, passa aos 33% em 1913 (MUCCHIELLI, 1994, p. 11). Em 1850, a Europa Ocidental é a região hegemônica - produtiva, comercial, militar, tecnológica e financeira - da economia mundial: controla 70% dos intercâmbios comerciais mundiais e lidera a produção mundial total como a industrial. Inglaterra, França e Alemanha são as economias nacionais capitalistas que ordenam e estruturam as regras de jogo da economia-mundo.

#### Quadro 5

TAXA DE CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO MUNDIAIS		
	INDÚSTRIA	COMERCIO
SÉCULO XVIII	1,5	1,1
1780-1830	2,6	1,4
1830-1840	2,9	2,8
1840-1860	3,5	4,8
1860-1870	2,9	5,5

Fonte: W.W. Rostow. The World Economy. Citado em Beaud, Michel: Historia del Capitalismo. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984, p. 116

#### Quadro 6

DISTRIBUIÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO POR PAÍSES E REGIÕES (em %)						
	Grã-Bretanha	França	Alemanha	Resto da Europa	Estados Unidos	Resto do Mundo
1780	12	12	11	39	2	24
1800	33	9	10	25	5	17
1820	27	9	11	29	6	19
1840	25	11	8	30	7	20
1860	25	11	9	24	9	21

Fonte: W.W. Rostow. The World Economy. Citado por Beaud, Michel: Historia del Capitalismo. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984, p. 134

Nessa fase, e até o presente, a energia fundamental será o petróleo. Os progressos na química e na física definirão o desenvolvimento econômico-político que fará da indústria e da industrialização o paradigma do Progresso e do Desenvolvimento durante todo esse século e grande parte do século XX.

No âmbito das ideias, ao racionalismo e ao positivismo somam-se o liberalismo econômico e político, desloca-

dos progressivamente ao mercantilismo, que consolidará, de maneira disciplinar, a economia política com objeto e método de estudo próprios, e que a emancipará, parcialmente da Ética, do Direito e da Religião. A visão clássica fundada pelos fisiocratas aprofunda-se com os trabalhos de A. Smith, D. Ricardo, T. Malthus e de J.B. Say.

Na “ordem européia”, dois princípios de autoridade enfrentam-se: o dos “príncipes” e das dinastias baseadas na ordem e o direito natural e divino<sup>14</sup>, esses, seduzidos pela filosofia das Luzes e o despotismo ilustrado, tratam de fundir a ordem providencial com a “modernidade econômica”, e, de conseguir a transformação das sociedades onde o capitalismo é, ainda, de escasso desenvolvimento. Mas, com a Revolução das Treze Colônias americanas (4 de julho de 1776), e, com a Revolução Francesa, na que se proclamam os Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789), se afirma o Princípio da Autodeterminação dos povos, isso é, o segundo princípio de autoridade. Assim os fundamentos liberais, republicanos e democráticos ganham terreno na Europa. Em frente ao avanço do liberalismo, o “concerto europeu”<sup>15</sup> do chanceler austríaco, Metternich, e da Santa Aliança<sup>16</sup> (Áustria, Prússia e Rússia) não poderá impedir nem o desenvolvimento das novas ideias, nem a presença de novos atores na cena internacional.

Na América Latina, na primeira metade do século XIX, as colônias espanholas e portuguesas insurgem-se e o processo de independência engendra novos Estados e economias que ingressam ao sistema internacional. Simultaneamente na Europa, as aspirações de alguns povos (poloneses, tchecos, eslavos, etc.) a viver na “sua nação” espionam os movimentos revolucionários; na Alemanha e na Itália, os processos de unificação transformarão esses povos-nações em Estados-Nações, e esses últimos junto à Inglaterra, à França, e aos impérios austro-húngaro, russo e otomano, fazem que, ao finalizar este período, a “ordem europeia” se veja em plena transformação (política, econômica, tecnológica) que desembocará em uma nova e traumática fase na evolução e na estrutura da economia mundial e do sistema internacional.

Terceira fase: a ordem anglo-russo-soviético-estadunidense (1870-1980/99)

Nesse terceiro período decorre uma série de

<sup>14</sup> Na Prússia, Federico II (1740-1786); María Teresa (1740-1780) e José II (1780-1790), na Áustria; Catarina II (1762-1796), na Rússia.

<sup>15</sup> Criado no Congresso de Viena (1815).

<sup>16</sup> Fundada em 26.9.1816.

acontecimentos conflitivos que modificará, profundamente, a estrutura e o funcionamento da economia mundial. Este século é o da grande fratura das relações internacionais; nele se processam convulsões políticas, ideológicas, econômicas e geopolíticas, entre as que convêm - grosso modo - recordar:

Mudança nas regiões e nos Estados-Nações líderes e dominantes.

Efetivamente, é desde Europa Ocidental, particularmente desde Inglaterra, e para América do Norte, especialmente aos Estados Unidos, que se transladará o epicentro da lógica capitalista que governa e reproduz a economia mundial.

O declive da hegemonia inglesa inicia-se claramente a partir de 1913. Grã-Bretanha cede permanentemente posições na produção industrial mundial, no comércio mundial e no investimento direto estrangeiro.

**Quadro 7**

PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL MUNDIAL (em %)							
	Grã-Bretanha	França	Alemanha RFA	Rússia URSS	Estados Unidos	Japão	Resto do Mundo
1870	32	10	13	4	23	----	18
1881-1885	27	9	14	3	29	----	18
1896-1900	20	7	17	5	30	1	20
1906-1910	15	6	16	5	35	1	22
1913...	14	6	16	6	38	1	19
1926-1929	9	7	12	(4)	42	3	23
1936-1938	9	5	11	(19)	32	4	20
1963...	5	4	(6)	(19)	32	4	30

Advertência: Durante este período, a parte correspondente a Bélgica cai de 3 ao 1%; a de Itália sobre de 2 aos 3% para cair de novo aos 2%; a da Escandinávia sobe de 1 aos 2% como a do Canadá.

Fonte: W.W. Rostow. 1984. Citado por Beaud, Michel: Historia del Capitalismo. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984.

**Quadro 8**

DISTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL POR PAÍSES (em %)						
	Grã-Bretanha	França	Alemanha (RFA)	Resto da Europa	Estados Unidos	Resto do Mundo
1880	23	11	10	27	10	19
1913	16	7	12	29	11	25
1928	14	6	9	22	14	35
1938	14	4	9	20	10	43
1948	12	5	(2)	22	16	43
1958	9	5	(8)	26	14	38

Fonte: W.W. Rostow, 1984. Cuadro II-8, p. 71-73. Citado por Beaud, Michel: Historia del Capitalismo. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984, p.174.

**Quadro 9**

INVESTIMENTOS NO ESTRANGEIRO DOS PRINCIPAIS PAÍSES CAPITALISTAS (em %)			
	1914	1930	1960
Gran Bretaña	50,4	43,8	24,5
França	22,2	8,4	4,7
Alemanha	17,3	2,6	1,1
Países Baixos	3,1	5,5	4,2
Estados Unidos	6,3	35,3	59,1
Canadá	0,5	3,1	5,5
Suécia	0,3	1,3	0,9
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Magdoff, H.: L'âge de L'Impérialisme. Citado por Beaud, Michel: Historia del Capitalismo. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984, p. 233

O relevo britânico a favor dos Estados Unidos na cúspide das economias nacionais dominantes e a configuração de uma nova carta geopolítica mundial, já em meados desse período, foram possíveis por meio da “Guerra dos 30 anos”<sup>17</sup> que se desenvolveu em dois momentos: 1914-1918 e 1939-1945.

O aumento das tensões internacionais ao interior do sistema europeu desenhado por Bismark (entre 1871-1890) e a bipolaridade entre a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro, e Itália) e a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) desencadearão uma crise do equilíbrio de poderes interestatais, o que desembocará justamente na “Guerra dos 30 anos”, a qual, a sua vez, reconfigurará o espaço (e o poder) econômico mundial, pois para a década 1940-1950 se esboçam e se consolidam duas grandes tendências na economia mundial: a) o desmembramento dos Impérios<sup>18</sup>; b) a constituição do estatismo como lógica de

<sup>17</sup> A expressão de “Guerra dos 30 anos” é de François Fourquet (FOURQUET, 2000, p. 83).

<sup>18</sup> Só para recordar: o Grande Império Britânico (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, União Sul-africana, Índia) conhece os primeiros embates nacionalistas e independentistas desde 1920. Na Índia, a longa luta anticolonialista simbolizada na figura de Gandhi desemboca na Independência da Índia e a criação do Paquistão em 1947; mas já em 11/12/1931 os britânicos tinham estabelecido o Commonwealth; em 20/08/1932, tinham criado o sistema de Preferência Imperial (Acordo de Ottawa); questão de dotar de maior autonomia a seus súditos e evitar assim a propagação das ideias independentistas. O Império Otomano, que já tinha perdido Belgrado, Albânia, Dalmácia e Herzegovina (Tratado de Passarowitz, 1778) e cedido a Prússia seu domínio sobre o Mar Negro (1774), reconheceu em 1828 a independência da Grécia, a de Romênia em 1856, a de Sérvia e Bulgária em 1878 pelo Tratado de Berlim, o qual dispôs o estatuto de Turquia baixo garantia dos “grandes” (Alemanha, França, Inglaterra). Em 1808, o Império Otomano perdeu Tripolitânia na Guerra

produção e de organização sociopolítica alternativa e em concorrência com a capitalista: primeiro na URSS (1917), depois na China (1949) e em Cuba (1960-61).

Os acordos entre os soviéticos, os estadunidenses e os ingleses<sup>19</sup> instituíram uma ordem mundial governado pela bipolaridade e a guerra fria entre a URSS e os EUA. Assim, o que começou com e na “Guerra dos 30 anos” terminou numa grande fratura do sistema produtivo mundial, dos fluxos internacionais (econômicos, financeiros, populacionais) e do sistema internacional.

A segunda descolonização acontecida, fundamentalmente na África e no Sudeste asiático, e a formação do “Terceiro Mundo” (grupo de países e de Estados reunidos na cidade de Bandung em 1955, representando a mais da metade da população do mundo, que proclamam e aspiram à autodeterminação de seus povos, ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social) constituem um colossal desafio em frente a uma ordem internacional bipolar, pois os novos Estados-Nações deverão tomar suas grandes decisões em matéria de desenvolvimento econômico e de relacionamento internacional, sempre obrigados a eleger entre capitalismo ou estatismo, entre Democracia ou Totalitarismo, entre o Mercado ou o Planejamento, entre o Ocidente ou o Oriente, entre o Oeste ou o Leste...

Crescimento econômico baseado na matriz

contra Itália (1911-1912) e as guerras Balcânicas 1912-1913, privaram-no da maior parte de seus territórios. Por sua vez, o Império Francês manteve-se unido durante a Grande Guerra, mas já finalizada a Segunda Guerra Mundial, perdeu a Guerra de Indochina (1946-1954) e depois a de Argélia (1954-1961). A descolonização pôs-se em marcha.

<sup>19</sup> Primeiro foi a assinatura da “Carta do Atlântico” (Churchill-Roosevelt, de 9 a 12/08/1941), depois o Pacto Britânico-Soviético (26/05/1942), logo a Conferência de Casablanca (janeiro de 1943) e em Teerã (28/11 ao 1º/12/1943) os três grandes confirmam o desembarco na Normandia e esboçam as futuras Nações Unidas, e em Malta (do 4 ao 11/02/1945) pactuam construir uma ordem mundial inspirado nos ideais da paz e governado pelos princípios do direito internacional. Aceitam o princípio do direito dos povos a eleger a forma de governo que desejam adotar e confirmam a criação das Nações Unidas e, repartem e transformam os territórios, os povos, as Nações que ficaram sob a influência da URSS e dos EUA. Último encontro: a Conferência de Potsdam (de 17/07 a 2/08/1945), ali decide-se o desarmamento e a “desnazificação” de Alemanha. Em 5/03/1946, Sir Winston Churchill, em frente à presença irreversível da URSS na Tchecoslováquia, declarou: “[...] Uma cortina de ferro instalou-se na Europa [...]”; foi o começo da “Guerra Fria”, em: Histoire du XXe siècle. 1900-1945. Tome 1, Ed. Haitier, Paris, França, 1996, pp. 465-469.

industrial taylor-fordista.

No terreno econômico, é nessa fase que se inicia e se generaliza a Segunda Revolução Industrial: a eletricidade, o motor a combustão, a química, a eletro metalurgia sentam as bases para uma transformação das formas de produção da mercadoria capitalista.

As mudanças operam-se fundamentalmente pelo lado da oferta. A eletricidade permitirá o desenvolvimento, progressivo e ininterrupto, dos princípios organizacionais do processo de trabalho proposto por Taylor e Fayol. Com a “organização científica” do trabalho, o capital investido na produção poderá gerar novos e consideráveis aumentos na produtividade dos recursos utilizados. Em consequência, desde esse fim de século, e em plena crise e recessão, é que começam a se engendrar as estruturas do capitalismo monopólico e da concorrência imperfeita, com produções governadas pelas economias de escala em série e massificadas. O progressivo e incessante aumento da oferta capitalista, sem a consequente redistribuição dos rendimentos sobretudo os salariais, e portanto, a reduzida demanda efetiva explicam os fundamentos econômicos, tecnológicos e sociais da grande crise de sobre produção de 1930.

Quadro 10

INDÚSTRIAS MOTRIZES DA SEGUNDA GERAÇÃO EM CINCO PAÍSES CAPITALISTAS				
		Eletricidade	Veículos a Motor	Ácido Sulfúrico
Grã-Bretanha				
(A)	1870-1879	1900-1910	1900-1910	1870-1879
(B)	1870-1929	1900-1959	1920-1969	(C)
Estados Unidos				
(A)	1870-1879	1880-1889	1900-1910	1870-1879
(B)	1820-1929	1900-1959	1910-1959	(C)
Alemanha				
(A)	1870-1879	1900-1910	1900-1910	1870-1879
(B)	1870-1959	1900-1969	1920-1969	(C)
França				
(A)	1870-1879	1920-1929	1900-1910	1945-1950
(B)	1870-1959	1900-1969	1920-1979	(C)
Japão				
(A)	1900-1910	1920-1929	1930-1939	1930-1939
(B)	1900-1969	1920-1959	1930-1979	(C)
(A) Período no que a magnitude da taxa de expansão é máxima. (B) Período durante o qual o setor é considerado líder para a indústria nacional. (C) O setor não tem conseguido peso suficiente para desempenhar um papel de líder.				
Fonte: segundo W. W. Rostow. Citado por Beaud, Michel: Historia del Capitalismo. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984, p. 187				

A organização dos processos econômicos, principalmente os industriais, sobre a base da matriz “tayloriana” de divisão do trabalho se “internacionalizará” de maneira desigual por todas as estruturas da economia mundial, a qual conhecerá desde então uma segunda matriz produtiva, essa última funcionará simultânea e paradoxalmente entre 1920 e 1990, em espaços territoriais e sistemas político-ideológicos rivais e em pugna, no âmbito das relações internacionais e do sistema internacional.

Efetivamente, nos EUA, desde 1900 nos frigoríficos de Chicago e depois nos anos 20, e, sobretudo com o “New Deal” da administração do Presidente Franklin D. Roosevelt, o capitalismo estadunidense recuperará vigor e crescimento institucionalizando o método Taylor, que teve um enorme sucesso na indústria do aço, fundamentalmente a automobilística, em que o empresário Henry Ford aplica dito método e implanta na “semana dos cinco dólares”<sup>20</sup>. Assim nascerá o que se denomina o método “taylorfordista” ou círculo virtuoso do crescimento (do produto e do consumo) e distribuição (do rendimento), ou mais precisamente, um crescimento econômico baseado na expansão simultânea e paralela dos setores produtores dos bens de produção e aqueles que produzem os bens de consumo.

Uma das mais importantes razões do desenvolvimento da economia do capitalismo estadunidense e de sua ascensão na hierarquia da economia mundial foi, desde 1920, a implantação e extensão do modelo taylor-fordista em praticamente todos os setores de seu sistema produtivo.

Na Europa Ocidental, Inglaterra, França, mas sobretudo, na vencida Alemanha (depois da guerra de 1914-18), é que o taylorismo em comunhão com o totalitarismo hitleriano e nazista poderá sustentar e impulsionar o notável crescimento e o armamentismo da economia do Terceiro Reich<sup>21</sup>.

Na Rússia, nos albores da Revolução bolchevique, em 1913, depois de assistir a um seminário em um instituto de engenheiros na cidade de San Petersburgo,

Lênin denuncia no diário Pravda ao taylorismo como “[...] um sistema científico destinado a submeter ao operário às piores condições de trabalho [...]”<sup>22</sup> (BEAUD, 1982, p. 106-107); mas já no poder, em 1918, em frente à contrarrevolução prozarista, ao assédio dos imperialismos ocidentais e às necessidades de implementar a economia socialista, seu julgamento sobre o taylorismo muda; e em seu trabalho: “As tarefas imediatas do poder”, Lênin sustenta que “[...] a tarefa que incumbe à república socialista soviética pode ser resumido assim: devemos introduzir na Rússia, o sistema Taylor, à americana, da produtividade do trabalho, acompanhando da redução da jornada de trabalho [...]”<sup>23</sup> (LINHART, 1976; BEAUD, 1982, p. 107-108).

Desde 1930, em frente aos magros resultados da Nova Política Econômica (NEP) e da aliança entre o partido Bolchevique com os pequenos proprietários agrícolas, a URSS de Stalin lança-se na grande industrialização, base do notável crescimento econômico da economia soviética nessa fase.

Na América Latina, a crise dos anos 30 foi enfrentada pelos governos e as elites de então mediante a industrialização substitutiva de importações. A criação de uma oferta interna (industrial e agrícola) foi possível graças ao protecionismo alfandegário, ao intervencionismo estatal e ao desenvolvimento do taylorismo na produção da incipiente industrialização.

Como consequência da “grande fratura”, o sistema produtivo mundial se deslocou e, os circuitos comerciais e financeiros tecidos nas fases anteriores se desarticularam: entre 1913 e 1945, o produto mundial só cresceu 1,8% e o comércio internacional 1% (contra 2,2% e 4,2% entre 1870 e 1913, respectivamente).

Desde 1945, sob as condições e o equilíbrio geopolítico pactuados entre a URSS e os EUA, inicia-se um excepcional período de expansão econômica que beneficia, fundamentalmente, as economias capitalistas, em menor medidas às estatais e ao emergente “Terceiro Mundo”.

<sup>20</sup> Com ela se aplicava um velho princípio teorizado já desde Malthus, retomado por Keynes nesses anos: as crises de realização só podem ser superadas se, ao mesmo tempo em que se incrementa a oferta, cria-se um poder de compra que permita um consumo relativamente proporcional ao do produto realizado.

<sup>21</sup> Ler BETTELHEIM, 1971.

<sup>22</sup>

<sup>23</sup>



Quadro 11

PESOS RESPECTIVOS DOS “TRÊS MUNDOS” NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E O COMÉRCIO MUNDIAIS (em %)					
	Mundo Capitalista		Mundo Coletivista		Terceiro Mundo
	Total	EUA (Solo)	Total	URSS (Solo)	
Parte na Produção Industrial					
1936-1938	76	(32)	19	(19)	5
1963	62	(32)	29	(19)	9
1971	61	(33)	26	(16)	13
Parte no Comércio Mundial					
1938	64	(10)	1	(1)	35
1948	59	(16)	5	(2)	36
1963	63	(11)	12	(5)	25
1971	68	(13)	10	(5)	22

Fonte: W.W. Rostow. Citado por Beaud, Michel: *Historia del Capitalismo*. Editorial Ariel, Barcelona, Espanha, 1ª edição em espanhol, 1984, p. 26

A prosperidade (o crescimento de pós-guerra) foi a mais forte que se tenha registrado historicamente no espaço econômico do mundo: o produto mundial cresceu a uma taxa de 5% e o comércio de quase 10% entre 1945 e 1975. O crescimento baseou-se fundamentalmente no aumento da produtividade do trabalho vivo e, em menor escala, na dos bens do capital fixo a disposição da cada trabalhador. Nos EUA, Europa Ocidental e Japão - ambos em plena reconstrução -, na URSS e seus aliados do Leste europeu e na vasta faixa de países do “Terceiro Mundo”, o taylor-fordismo ou taylorismo “sanguinário”, ou “taylor-fordismo periférico”<sup>24</sup>, mostrou sua eficácia para organizar os recursos, animar o agregado e sustentar o crescimento econômico de pós-guerra.

Em um contexto de crescimento econômico nos “três mundos” nasce a “Economia do Desenvolvimento”. No âmbito das ideias econômicas, o pensamento keynesiano impõe-se claramente sobre o neoclássico e difunde-se triunfalmente na academia, impregnando o discurso das elites políticas e sociais de então.

Na ordem bipolar, outra grande crise e transtorno não parecem ter probabilidades de acontecer. Aqui na Terra, as superpotências vigiam ferreamente seus territórios e zonas de influência. A URSS invade Hungria (1954), Tchecoslováquia (1968), Afeganistão (1980) para controlar e frear os movimentos libertários e anti estatais. Os EUA, desde fins dos anos 60, deslizam-se na longa e cara guerra do Vietnã que perderão definitivamente em

1974; na América Latina, através dos mísseis de Cuba, enfrentam-se com a URSS<sup>25</sup>; sustentam o golpe militar: no Brasil (1964), Uruguai e Chile (1973), e na Argentina (1976); esses acontecimentos políticos não puderam ser evitados apesar do o esforço que os EUA tentaram na região por meio da “Aliança para o Progresso” que o presidente John F. Kennedy lançou na década de 60<sup>26</sup>.

Enquanto as superpotências competem e enfrentam-se, mal decorridos nuns anos após ter finalizado a Segunda Guerra Mundial, mediante o Tratado de Paris de 18/04/1951: Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e a República Federal da Alemanha criam a Comunidade Européia do Carvão e do Aço; em 1957, com o Tratado de Roma, constituem a Comunidade Econômica Européia (CEE), e em 1962, põem em marcha a Política Agrícola Comum.

Envolvidos numa guerra econômica, geopolítica e ideológica sem quartel, em todos os confins do

<sup>25</sup> Ao fim do período de governo do Presidente Eisenhower, cubanos residentes nos Estados Unidos, apoiados pelo governo e a Agência de Inteligência (CIA) decidiram invadir e derrocar o novo governo revolucionário encabeçado por Fidel Castro. A invasão na Baía dos Porcos (04/1961) foi um processo militar e político, a tensão russo-norte-americana voltou a exacerbar-se, seu auge foi quando, em represália dessa operação, Fidel Castro se declarou: “[...] Marxista-Leninista até o fim de meus dias [...]”. A guerra fria localizou-se definitivamente no nosso continente, quando no final do verão de 1962, os estadunidenses tomaram conhecimento e consciência, que em Cuba, os russos estavam instalando plataformas para operar e lançar mísseis de alcance intermediário. Depois de um bloqueio (a quarentena) a Cuba, e de intensas negociações, a crise desativou-se, quando os soviéticos aceitaram desmontar ditas instalações e os Estados Unidos deixaram de invadir Cuba. Tomado de: Documentos de la Historia. Ed. El País, Tomo II (1958-1998), Montevideo, Uruguai, p. 36.

<sup>26</sup> Em 13/03/1961, o Presidente dos EUA anunciou ante a Sociedade Interamericana da Imprensa uma série de propostas de seu governo para América Latina, que chamou: “A Aliança para o Progresso”. Seus principais compromissos eram: a) canalizar durante uma década 20.000 milhões de dólares para ajudar ao desenvolvimento da região; b) apoio à industrialização e diversificação de suas explorações; c) modernização do setor agrícola e realização de reformas agrárias; d) expansão da infraestrutura física: energia, transporte e comunicações; e) promoção do desenvolvimento social: moradia, saúde e educação; f) a modernização das universidades; g) criação de sistemas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico; h) estabelecimento de Escritórios Nacionais de Planejamento; i) apoio à integração regional; j) estudo caso por caso de medidas para estabilizar os preços das exportações primárias na América Latina. Tomado de: Enrique Iglesias: *Reflexiones sobre el Desarrollo Económico. Hacia un nuevo Consenso Latinoamericano*. Ed. BID, New York, 1992, p. 8.

<sup>24</sup> Sobre as diversas modalidades que assumiu, e/ou assume, a “mundialização do taylorismo e do fordismo”, pode ser visto em LIPIETZ, 1985.



planeta, os “grandes” reafirmam a bipolaridade e a ordem pactuada nas Conferências de Casablanca, Teerã e Malta, o que ficou demonstrado quando a URSS, para impedir o bilhete dos alemães do Leste ao Oeste, edificou o muro de Berlim em 1962 (12-13 de agosto), cobrando total vigência a frase que em 1946 pronunciou Winston Churchill: “[...] uma cortina de ferro instalou-se na Europa [...]” (CHURCHILL, 1962, p. 489) A guerra fria intensificou-se. Ela se desenvolve não só na Terra, mas também no Espaço: em 1º/10/1957, a URSS põe em órbita o primeiro satélite artificial (o Sputnik) com um ser não humano (a cadela Laika); o 12/04/1960, o astronauta Yuri Gagarin é o primeiro ser humano a dar uma volta à Terra em 180 minutos. Os EUA replicam rapidamente: depois de fracassado a viagem suborbital de Alain Sheppard (12/05/1960), os estadunidenses organizam sua estratégia tecnológica e espacial por meio das missões Mercúrio e Apolo; em 1962, John Glenn consegue dar três voltas ao redor da Terra; e em 1969, Neil Armstrong e Edwin Aldrin calcam a Lua. Em 2012, o Robô Curiosity conseguiu descer no Planeta Marte para iniciar investigações a respeito da existência de Vida no mesmo.

Para 1970 nas “grandes economias”<sup>27</sup>(BAROU; KEIZEN, 1984), depois de trinta anos de crescimento sustentado do produto, do emprego e do investimento, inicia-se a “estagnação” (estancamento com inflação); o governo dos Estados Unidos dirigido pelo então Presidente, Richard Nixon, envolvido no escândalo do caso Watergate<sup>28</sup>, pactua com os russos dois tratados

de limitação de armas estratégicas e a criação de um programa espacial comum (o Apolo-Soyuz). Em 1972, o presidente Nixon viaja à China e entrevista-se com o líder Mao Tse-Tung. Nesse mesmo ano, em frente ao déficit da balança comercial americana - que se iniciou nos anos 60 -, à existência de uma soma considerável de dólares fora dos EUA e ao aumento do preço do petróleo, o governo de Richard Nixon decreta a inconvertibilidade do dólar e sua desvalorização.

O rompimento de um dos mecanismos finque da ordem bipolar e da estabilidade do crescimento econômico de pós-guerra (os Acordos de Bretton Woods) deu sinais claros de que outra vez a crise (econômica, política, ideológica) se instalava na agenda dos Estados e dos organismos internacionais. Mas nos EUA e nas principais capitais do capitalismo desenvolvido, as novas gerações, que cresceram baixo a paz bipolar e na prosperidade econômica, manifestaram seu descontentamento e sua aspiração a “uma nova e melhor vida”, pretensões simbolizadas nas 34 jornadas do maio francês (1968), e nos 3 dias e 2 noites que, numa granja próxima à localidade de Bethel ao norte de Nova York, a geração “hippy” realizou o que se chamou o Festival de Woodstock (1969).

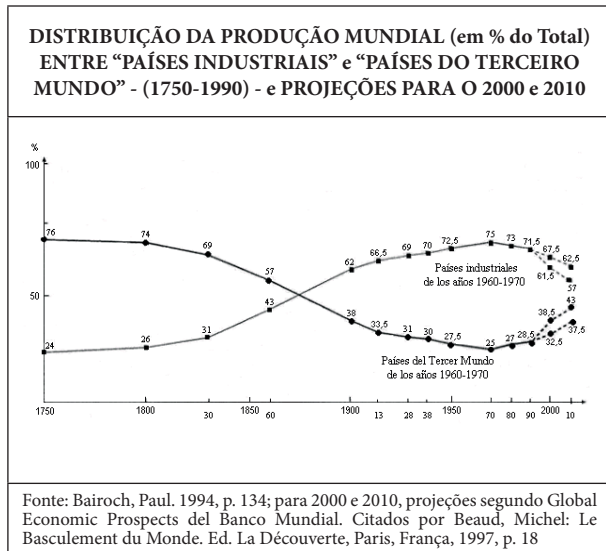
Do outro lado da “cortina de ferro”, depois de reprimir e controlar a “Primavera de Praga” - que aspirava conciliar socialismo e liberdade na Tchecoslováquia - (1968), em 1974 o governo da URSS expulsa a Alexander Solzhenitsyne, Prêmio Nobel de Literatura (1970) e um dos poucos sobreviventes dos trabalhos forçados e dos campos de concentração (o Gulag), em que os críticos e opositores ao regime soviético exaltavam sua condenação.

No final do século XIX no último terço do século XX, o capitalismo e agora também o estatismo mostram signos evidentes de bloqueio em sua reprodução social. Nos capitalismos ocidentais inicia-se um período de crise caracterizado pela queda importante do nível de atividade, o aumento do desemprego e, o desenvolvimento da inflação e do endividamento - público e privado -. Assim e desde então, o capitalismo ocidental começa a ceder posições no produto e o comércio mundiais.

<sup>27</sup>

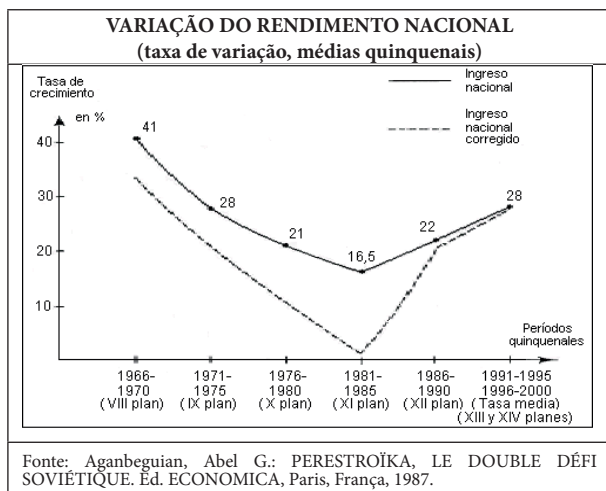
<sup>28</sup> Em 17/06/1972 em Washington, a polícia descobriu que na sede do Partido Democrata se tinham instalado microfones. Dois jornalistas, Bob Woodward e Carl Bernstein, do diário Washington Pós, iniciaram uma longa, tenaz e eficaz investigação jornalística que pôs ao descoberto uma operação política dirigida desde a Presidência destinada a violar as liberdades fundamentais dos cidadãos: redigidas as “listas dos inimigos” intervinham-se seus telefones sem ordem judicial, grupos clandestinos de segurança violavam a liberdade individual ou a privacidade da informação, etc. Em frente ao aumento das denúncias, a Casa Branca organizou um grupo de assessores jurídicos e ordenou que algumas supostas testemunhas confundissem e/ou ocultassem informação à justiça. A criação de uma Comissão Investigadora senatorial e a nomeação de um Promotor Especial para esse caso culminariam num julgamento político e à destituição do presidente; para evitá-lo, o 8/08/1974, Richard Nixon converteu-se no primeiro presidente a renunciar a seu cargo. Sucedeu-lhe seu vice-presidente Gerald Ford. Tomado de: Documento de la Historia. Ed. El País, Tomo II (1958-1998).

## Esquema 2



Na economia soviética também na mesma época, a crise econômica se manifestou por meio de uma queda de por volta de 40% da produção industrial, descensos notórios na produtividade do trabalho e no rendimento do capital investido. A crise econômica desembocará numa crise política e social, e na autodissolução da URSS (1990-2000) apesar de as tentativas de reforma econômica e política que foram a Glasnost e a Perestroika.

## Gráfico 2



A partir de 1970, abre-se então um período de crise e de mutações para os sistemas econômicos e para a Humanidade: do capitalismo industrial ao da informação e do conhecimento; da era da Propriedade à do Acesso: é a quarta fase ou período na evolução da economia mundial, como o veremos na segunda parte deste trabalho.

## PARTE II

## O capitalismo da informação, a economia mundial e as relações internacionais no século XXI

### I. A grande mutação e o giro civilizacional

Quando pouco dantes de finalizar a Segunda Guerra Mundial os engenheiros da empresa Bell Corporation conseguiram transmitir sinais para Europa, imperceptíveis para os corpos de inteligência do Eixo, denominaram ao novo sistema Informação e a sua unidade de medida Bite. Rapidamente, o professor C. Shannon elabora sua teoria (SHANNON, 1948; SHANNON; WEAVER, 1949 apud ROBIN, 1993, p. 12); Norbert Wiener, um dos fundadores da cibernética, declara que a “informação não é nem a massa nem a energia”, e na Academia de Ciências de Estados Unidos, Boulding afirma que “a informação é a terceira dimensão da matéria” (ROBIN, 1993, p. 12).

Assim se puseram as bases e as técnicas da atual fonte de Riqueza das sociedades humanas: o conhecimento, sua produção e vertiginosa incorporação nos mais diversos e inimagináveis processos produtivos. Assim nasce, então, a economia da informação e a sociedade do conhecimento.

Tendo a possibilidade de prender a Matéria graças à informação que ela contém, é possível recolher e fazer o censo de dados utilizando o mínimo de energia. A informação pode ser armazenada em máquinas (computadores), transformada em programas, os quais funcionam em um computador como um comando automático, isso é, os robôs.

Dispondo do controle da nova fonte de energia, a tecnociência dedica-se, desde fins dos anos 50, a produzir de maneira crescente as tecnologias que vão, uma vez mais, revolucionar o capitalismo: a informática, os robôs, as telecomunicações, a biotecnologia que, utilizando os progressos na biologia molecular e na genética, penetra e muda diversos setores da produção, como é o caso da agroalimentação e os telefonemas “bioindustriais” que produzem ou copiam a própria vida (clonagem). Do controle dessas quatro tecnologias fundamentais, conectáveis entre si e com o setor energético tradicional, depende agora, nessa quarta fase, o grau de riqueza e de poder de uma economia, de um Estado, de uma empresa, no capitalismo da informação.

Com a revolução informática amplia-se, quase ilimitadamente, a capacidade do sistema para produzir mercadorias, materiais e imateriais, para poder satisfazer praticamente qualquer necessidade humana, e processa-se novamente uma mutação espetacular na divisão social e técnica do trabalho, nos processos produtivos, na organização do próprio trabalho e no conhecimento que da nova realidade pode ser produzido.

Os antecedentes sobre as transformações do capitalismo na sua fase industrial encontram-se nos trabalhos de Colin Clark (CLARCK, 1940), quem nos anos 1930-1940 já observava como em pleno auge do capitalismo industrial, as atividades imateriais (o setor terciário) cobravam um lugar destacado numa lógica de produção de mercadorias, fundamentalmente tangíveis. Nas décadas seguintes, em pleno apogeu do método de produção taylor-fordista (BOYER; DURAND, 1993; ARCE; FERRO, 2000), os trabalhos e as investigações sobre o irresistível aumento de bens econômicos intangíveis forjaram a ideia segundo a qual o capitalismo ingressava numa era “pós-industrial” (TOURAINÉ, 1969), numa “economia invisível” (LISTON; REEVES, 1988), “imaterial” (GOLDFINGER, 1994), de “serviços” (GADREY, 1996), da “informação” (RADOVAN, 1972) e “do conhecimento” (PORAT, 1976; DRUCKER, 1993).

Em 1993, Peter Drucker escrevia em seu célebre trabalho *Post-Capitalist Society* (DRUCKER, 1993), que o Conhecimento substituíra progressivamente o capital; a humanidade assistia, então, ao fim do capitalismo e estava-se edificando uma nova sociedade. Quase vinte anos após as afirmações de P. Drucker, é inegável que a introdução de inovações científicas e técnicas nos anos 70 têm induzido a reordenação completa das condições de produção da mercadoria capitalista, das regras de concorrência intercapitalista, da relação do Estado com o mercado e com a sociedade civil. Resulta mais opinável, em mudança, que a nova sociedade em processo de construção seja o fim do capitalismo.

Ninguém duvida também não que a mutação capitalista em curso está na origem de um “giro civilizacional” (ARCE; FERRO, 2000) no qual emergem a Cibereconomia e o Ciberespaço, se instaura a Sociedade da Informação e se forja a do Conhecimento. Alterações profundas e revolucionárias da relação do homem com a natureza e a vida; novas teorias e explicações sobre a natureza da matéria e da energia; aprofundamento e crítica das leis de Newton; questionamento dos

fundamentos filosóficos e políticos do Século das Luzes que cimentaram a Era Moderna. Sem dúvida, uma mudança qualitativa na história do capitalismo; uma mutação civilizacional na história da humanidade... Um Novo Mundo, como no século XV.

Como naquele, nesse também se produz Riqueza, mas ela assume formas a cada vez mais imateriais. Quase todo ato humano faz parte do reino da mercadoria e da lógica do benefício. Os monopólios, públicos e/ou privados, nacionais e/ou multinacionais, como seus ancestrais dos séculos XIV, XV e XVI, competem à escala mundial, na qual se vive uma feroz guerra comercial, para preservar ou conquistar seu lugar na “nova economia”.

## **II. Oikonomos da Informação e a Sociedade do Conhecimento: a simbiose entre produção de mercadorias e produção do Saber**

A possibilidade de prender a Matéria graças à informação que ela contém permite decifrar dados utilizando um mínimo de Energia. A informatização dos processos produtivos (materiais e imateriais) revoluciona a oferta e modifica os alicerces da divisão social e técnica do trabalho, teorizada desde Aristóteles até Emilio Durkheim. A diferença do modelo taylor-fordista, pensado e estruturado desde a produção (a oferta) para o mercado, no método inventado pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, a produção organiza-se desde o mercado (a demanda) para a produção e isso simboliza, nitidamente, a nova arquitetura dos processos produtivos que engendra e possibilita o manejo do conhecimento e a informação.

Efetivamente, a capacidade de possuir o conhecimento e o saber ante da produção das mercadorias está revolucionando o processo produtivo capitalista, já que agora se produzirá o que o consumidor “queira” e “possa” comprar. Na economia da informação e na sociedade do conhecimento, o capitalismo tende, de mais em mais, a produzir (em tempo real e “on-line”) o que previamente vendeu. O método Ohno - a diferença do taylorista -, ao organizar o trabalho desde a demanda para a oferta, permite que possa ser conseguido novos aumentos de produtividade (do trabalho vivo e do capital), por procedimentos que eliminam tanto os tempos mortos como os gestos inúteis dos trabalhadores. Isso se conhece popularmente como o método dos cinco zeros: a empresa reduz ou elimina o estoque (primeiro zero); reduz ou elimina os defeitos na produção dos bens (segundo zero); reduz ou elimina as prováveis avarias dos bens (terceiro zero); reduz ou elimi-

na a burocracia própria ao sistema compartimentado entre os diferentes serviços de uma empresa taylorista (quarto zero); finalmente a entrega do produto ao consumidor em tempo real (quinto zero). O método Ohno materializa-se nos chamados círculos de qualidade dos trabalhadores, o que implica a polivalência e a flexibilidade dos mesmos, no processo de trabalho. Em consequência, a diferença do taylorismo, o ohnismo reintroduz a inteligência e a criatividade do operário na produção dos bens.

A progressiva e exitosa introdução do ohnismo nos mais variados processos produtivos (desde o fast food, Mc Donald's, à produção do conhecimento e do saber) não implicou o desaparecimento do método taylorista de produção. A generalização do método Ohno exige um aprofundamento do método taylorista da divisão do trabalho. Este método se aplicará não só nos processos industriais, senão agora, sócio ao método Ohno, o taylorismo ingressará na esfera imaterial da produção - o escritório administrativo, o laboratório de investigação científica, nos sistemas de saúde, o ensino, os meios de comunicação, a produção de conteúdos audiovisuais e de multimídia -<sup>29</sup> Essa transformação na matriz produtiva é um dos principais indicadores da mutação do capitalismo e da mudança de civilização próprio da economia mundial e do sistema internacional do Século XXI.

Em 1972, o sociólogo e físico Lucien Karpik publicou em *Sociologie du Travail* (KARPIK, 1996) um trabalho intitulado “o capitalismo tecnológico”. Segundo Karpik, nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista (mercantilismo, manufaturas) há um dualismo, um divórcio, entre produção de mercadorias e produção do conhecimento. Nesse dualismo, o gênio, o criador, o pesquisador, o artista considera que sua missão é a de desentranhar as leis da natureza e da matéria; Karpik chama essa instância de “ciência da descoberta”. Na segunda metade do século XIX, ao impulso do desenvolvimento industrial, esse dualismo tende a desaparecer. A Produção do saber começa a associar à Indústria, e nasce o que ele chama a “ciência produtora do conhecimento orientada para o mercado”.

Por volta de 1970, uma parte importante da produção industrial segue dominada pela “ciência da descoberta” (no setor energético, no automobilístico,

na metalúrgica); na indústria química, farmacêutica, eletrônica, na biologia, na medicina, a “ciência orientada para o mercado” é o verdadeiro motor do desenvolvimento industrial e do sucesso das empresas. A ciência e a produção do conhecimento são ao mesmo tempo bem de uso intermediário e bem de uso final em praticamente todos os processos produtivos.

A simbiose entre Ciência e Produção funda o que Karpik denominou o “capitalismo tecnológico”. Nele, a renovação rápida e permanente dos produtos exigem que a investigação científica esteja integrada aos sistemas produtivos; a produção do saber é parte constitutiva da estratégia industrial. Nela prevalecem os novos produtos sobre os processos e métodos de produção; e a concorrência oligopólica se centra na produção de novos conhecimentos, isso é, na inovação tecnológica (KARPIK, 1996). Em consequência, “o capitalismo tecnológico” define-se por sua capacidade de transformar as invenções em bens econômicos, capacidade aplicável à conquista do espaço, ao armamento, à construção de cidades, à biologia, etc. A inovação transforma e renova ao capital e à força de trabalho para a imaterialidade e a mobilidade; o capital, como o conhecimento e a produção, já não tem expressão tangível e estável. É por isso, que para Karpik: “o capitalismo tecnológico é, ao mesmo tempo, um modo de produção de bens econômicos e uma forma de organização da produção científica” (KARPIK, 1996).

Karpik traçou as grandes tendências que o capitalismo cumpriu nos últimos 50 anos: notável avanço científico e técnico conduzido pelas macrocorporações, sua introdução e utilização em todos os domínios da vida individual e coletiva, modernização de produtos “antigos” e criação de novas mercadorias; presença e concorrência mundial dos grandes monopólios. Em soma, o capitalismo tecnológico nos termos de Karpik ou o capitalismo da informação segundo Manuel Castells (CASTELLS, 1996) produz o que Michel Beaud chama “a Mercadoria Complexa”: nem sozinho produto material (como um martelo, uma máquina de escrever, um auto ou um PC) útil per se, nem simples “serviço” (uma consulta a um médico, a um arquiteto, ou a um eletricista); a mercadoria complexa é, portanto, uma combinação de produtos materiais e imateriais, sócios e incorporados em um sistema técnico que lhe impõe sua estrutura, sua lógica e suas normas (BEAUD, 1997, p.196). A produção do conhecimento e seu controle têm dado lugar à emergência de um grupo social denominado “tecnociência”. O termo quer expressar a ideia segundo a qual

<sup>29</sup> Sobre estas transformações pode ser lido, entre outros autores, a RIFKIN, 2000 (versão em espanhol, editorial Paidós). DUVAL, 1998.

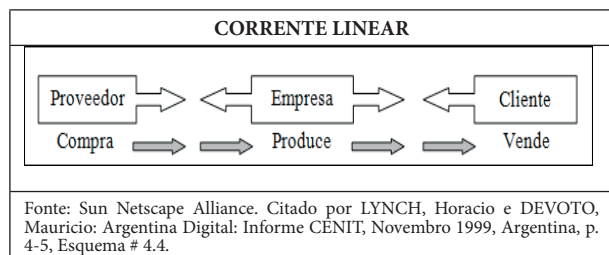
as múltiplas formas dos diversos trabalhos científicos são concebidas e desenvolvidas sob o impulso de poderosas empresas oligopólicas, quem dispõe, em exclusividade, de produtos ou de métodos e/ou técnicas de produção.

### III. A Economia da Informação.

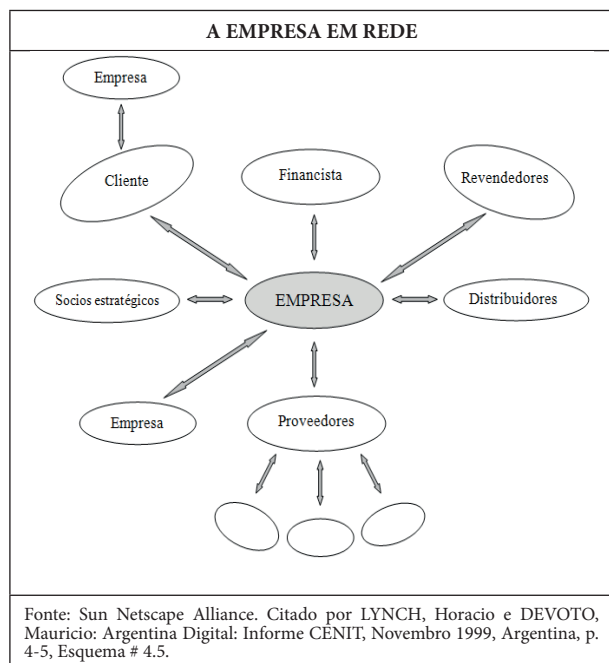
#### A. A produção em fluxos.

O ato de produzir uma mercadoria é pensado e organizado como um rio, ao qual se somam em um determinado momento os diferentes serviços de uma empresa, ou as diferentes empresas que coparticipam numa corrente de Empresas. Os tempos mortos inerentes ao taylorismo, primeira versão (DUVAL, 1998), reduzem-se ou eliminam-se pela posta em marcha de uma unidade polivalente e flexível que produz e vende “just in time”, por meio das redes interativas (Internet-Intranet) e “on-line” (e-commerce, e-business). A clássica corrente linear de produção substitui-se por uma circular, que conectada a outras, juntas tecem uma densa rede de operadores econômicos que funcionam no ciberespaço.

Esquema 3



Esquema 4



É por meio das redes que se expandem vertiginosamente o comércio e os negócios eletrônicos, sendo esses últimos o segmento mais visível da cibereconomia.

A produção em fluxos revoluciona a organização da oferta e da empresa. Permite produzir em tempo real para uma demanda extremamente volátil e personalizada; aumenta a produtividade, sobretudo a do trabalho vivo, por uma redução quase absoluta de seu desperdício. Ademais, a produção em fluxos está na origem da eliminação ou redução dos estoques (o que implica ipso facto aumento ou melhoria da rentabilidade financeira de uma empresa), e sobretudo, também reduz ou elimina o consumo de capital fixo, o que faz que a empresa utilize só os variáveis. Analisando o comportamento dos grandes oligopólios da tríade nos últimos vinte anos, G. Duval conseguiu demonstrar que mediante o investimento imaterial essas macrocorporações conseguiram e conseguem aumentar a produtividade e desenvolver procedimentos de produção em fluxos simultaneamente de diminuir a intensidade capitalística de suas empresas. No mesmo sentido, J. Rifkin observa que o capitalismo estadunidense já se encontra em forte processo de desmaterialização, de eliminação dos estoques e do capital fixo: “[...] O mundo das empresas está já envolvido nessa transição da era da propriedade à idade do acesso. As empresas vendem seu patrimônio imobiliário, reduzem seus estoques, alugam suas equipes, numa carreira para sobreviver que passa pela eliminação de seu patrimônio material” (RIFKIN, 2000, p. 11).

A mudança na estrutura dos custos e ademais a importância crescente e decisiva dos ativos imateriais, o saber (como variável chave do sucesso produtivo-empresarial), estão deslocando paulatinamente a essencialidade de dispor em propriedade os recursos físicos de uma empresa para poder produzir uma mercadoria na Cibereconomia. A transformação do conhecimento em mercadoria, o saber integrado e parte constitutiva da produção, e a independência crescente dos direitos de propriedade física sobre os bens que se trocam no mercado são alguns dos fundamentos que diferenciam a Cibereconomia, a “nova” da “velha” economia que caracterizou as anteriores fases do capitalismo manufatureiro e industrial.

#### B. O controle e a circulação da Informação.

O controle e a circulação da informação são



variáveis chaves da Cibereconomia e são também indicador relevante do salto qualitativo e da expansão física e temporária do capitalismo.

Nas suas fases anteriores de agregado, sobretudo desde a primeira revolução industrial, o capitalismo funcionou de acordo com os princípios da divisão do trabalho descrita por Turgot (ARCE, 1999) e por A. Smith no seu famoso exemplo da fábrica de alferes. Ali, o agrupamento dos recursos - capital, trabalho, terra - em um lugar geográfico preciso e restringido era a *conditio sine qua non*, para que a Informação circulasse entre os trabalhadores, os capatazes, os engenheiros, etc.

Na Cibereconomia, o capitalismo processa nova divisão do trabalho. O processo de produção pode fracionar-se e desligar-se geograficamente à escala mundial. Graças à Informática e às telecomunicações, os fluxos de Informação que circulam nos diferentes territórios (que fazem parte da economia mundial), alimentando um ou vários processos produtivos, são controlados univocamente por um produtor ou mutuário. Na Cibereconomia o espaço não tem um equivalente físico, a informação circula nas e pelas redes eletronicamente conectadas.

Em “O ciberespaço”, em que decorre a Cibereconomia, Manuel Castells identificou 5 tipos de redes:

1. As redes de cooperação tecnológica: algumas grandes empresas compartilham recursos para produzir conhecimento e técnicas no campo da investigação e o desenvolvimento para novos produtos;
2. As redes de coalizão: construídas por um grupo de empresas de um mesmo ramo de atividade que se associam para unificar as novas técnicas definidas por uma empresa líder;
3. As redes de produtores: constituídas por aquelas empresas que compartilham seus lugares de produção, seus recursos financeiros e humanos para conservar e/ou conquistar mercados e impor seus produtos, abaratando seus respectivos custos;
4. As redes de mutuários: as empresas tecem uma densa rede na qual, por meio da subcontratação, leasing, franchising, descentraliza e mudam atividades do ciclo produtivo, desde a concepção de um produto, passando por sua fabricação e finalmente sua venda;
5. As redes de clientes: os revendedores, os concessionários, os publicitários, as agências e consultores de análises de mercado e as associações de consumidores

finais agrupam-se em rede e ligam-se ao “Novo Mundo”.

### C. O investimento imaterial e os ativos imateriais.

Na Cibereconomia, a produção continua exigindo e combinando capital e trabalho. Mas de mais em mais, sob diferentes modalidades precisa-se incorporar conhecimento e saber.

Na Cibereconomia, a concorrência guiada pela constante inovação se expressa pela renovação permanente e diferenciada de produtos, pela qualidade da mensagem publicitária, pelo prestígio ou pela reputação do produto que se oferece, pelo grau de participação do mesmo numa determinada corrente de valor agregado, pela antecipação das preferências do consumidor, etc. Se a empresa não sabe como acessar a uma rede, não possui departamento jurídico e contável, não conhece o marco regulamentar e as normas técnicas de comercialização de seu produto, não conhece com precisão as tendências de seu mercado, não tem departamento de publicidade, não sabe organizar e aperfeiçoar sua produção, a empresa deverá pagar a outra empresa que lhe venda o acesso a uma rede; a outra, o devido assessoramento jurídico e contável; a outra, a informação e o assessoramento das normas técnicas; a outra, o marketing; a outra, o serviço publicitário; e...; a outra, o saber de como produzir.

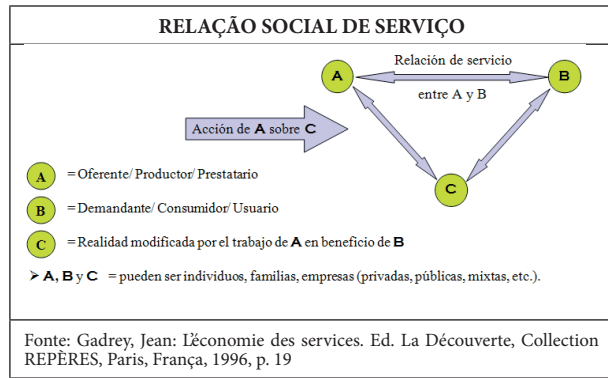
A compra de todos esses conhecimentos e ideias faz parte do investimento imaterial. Na Cibereconomia, o patrimônio material de uma empresa será, paulatinamente, anotado na coluna de sua passiva como um custo mais de funcionamento, enquanto as formas imateriais do capital - o saber - se registram no seu ativo.

### IV. A Matriz produtiva do capitalismo da informação: a relação social de serviço

No capitalismo da informação e na sociedade do conhecimento, as mutações na estrutura produtiva herdada da primeira e segunda revolução industrial (taylorismo e suas diferentes versões) se plasmam em uma nova matriz (Ohno-taylorista) que, por sua vez, cobra realidade técnica, econômica e social, em uma nova relação social de produção: a relação social de serviço.

É uma relação social de produção que vincula três atores: um demandante/consumidor/usuário (B) contrata os serviços de um ofertante (oferente)/mutuário (prestatario) (A), para realizar a transformação de uma realidade/objeto (C), em seu benefício.

Esquema 5



Independentemente da escala que se analise - micro/ macro, local/ nacional/ internacional -, ou do setor de atividade estudado - material (agrícola, industrial), imaterial (segurança, defesa, limpeza, justiça, ensino, saúde, multimídia, etc.) -, a relação social de serviço reorganiza a clássica relação bilateral e contratual de intercâmbio no mercado, forjada pelos pensadores gregos e retomada pelos clássicos da economia política dos séculos XVIII e XIX. A trilateralidade, própria da relação social de serviço, volta a dividir e a modificar as bases organizacionais dos processos de produção, afetando tanto às relações entre empresas: subcontratação/terceirização/flexibilização, como entre empresas com trabalhadores: subcontratação/terceirização/flexibilização<sup>30</sup>.

A instauração de uma nova matriz produtiva e/ou estabelecimento da relação social de serviço expressam claramente o rendimento e a reprodução do capitalismo, sob as regras próprias do oikonomos da informação.

A mutação na forma mesma de produzir a mercadoria complexa (BEAUD, 1997, p. 196) manifesta-se claramente (ao menos) por quatro razões: a) a produção em fluxos; b) a produção/ controle da informação (produzir o conhecimento); c) o investimento imaterial e os ativos imateriais (I+D); d) a constituição de densas redes eletrônicas (ciberespaço), em que circula a informação e nas quais os usuários acedem em tempo determinado e mediante o pagamento de preço, fundamentalmente, por meio de contratos de adesão.

## V. O comércio do conhecimento: a propriedade intelectual

<sup>30</sup> Exemplo das mutações próprias à relação social de serviço e seu impacto sobre as relações trabalhistas, para o caso uruguaio ver ROSEMBAUM e CASTELLO, 2007.

Efetivamente, desde Aristóteles e Platão, o fundamento do oikonomos é explicar o intercâmbio dos direitos de propriedade que sobre os bens detém as pessoas que coincidem ao mercado para satisfazer assim suas necessidades (do ut dê). Sobre esse princípio do intercâmbio no mercado dos direitos de propriedade, o capitalismo edificou a economia e a política do mundo moderno. O rendimento do saber ao reino da mercadoria e ao mercado é uma primeira manifestação da mudança qualitativa e do giro civilizacional que implica o surgimento da Sociedade da Informação. Para os Enciclopedistas, o ato de saber e de conhecer era um direito inerente à condição humana, inalienável e imprescritível, como a vida e a liberdade. Thomas Jefferson definiu com precisão: “[...] Se na natureza existe algo menos susceptível que qualquer outra coisa de ser objeto de propriedade exclusiva, é a ação do poder pensante chamado ideia [...]. Ninguém tem menos que os demais, porque os demais têm todo Quem recebe uma ideia proveniente de mim, se instrui sem diminuir minha ideia, igual que quem acende sua a vai da minha recebe luz sem deixar em as trevas [...]” (THE ECONOMIST, 2000, p. 7).

No capitalismo da informação e na sociedade do conhecimento, o saber continua sendo um direito inerente às pessoas, mas também é um bem econômico ou mercadoria e, contrariamente ao assinalado por Thomas Jefferson e os enciclopedistas, o saber não é um bem coletivo puro: o conhecimento só se aluga e seu uso se cede por um período de tempo preciso e em condições severamente regulamentadas pelo Instituto da propriedade intelectual. Mediante o pagamento de preço, um produtor/ mutuário de um saber, ou informação qualquer, permite a um demandante/ usuário o rendimento a uma rede (ciberespaço), e, portanto, acessar ao usufruto desse saber ou informação.

Continuando os esforços de F. Braudel e I. Wallerstein, F. Perroux, K. Polanyi, M. Beaud, R. Bonnaud, Thurrow, entre outros, J. Rifkin em seu trabalho *L'ÂGE DE L'ACCÈS*. La révolution de la nouvelle économie. Ed. La Découverte. Paris. França. 2000 (do qual há uma versão em espanhol, editorial Paidós) busca compreender e explicar o que o capitalismo da informação tem de “novo” e diferente com o “velho” e industrial. A grande diferença consiste em que a categoria de mercado está sendo progressivamente substituída pela de rede, e a categoria de intercâmbio (dos direitos de propriedade física sobre os bens) pela de poder ou não acessar ao usufruto temporário da mercadoria complexa aos bens

“Por um estranho paradoxo da história, o sistema capitalista que funcionava sobre a expansão dos mercados e o intercâmbio dos direitos de propriedade entre compradores e vendedores, está atualmente em processo de desconstrução sistemática de seus princípios e de suas instituições fundamentais. O capitalismo está reinventando-se e abandona progressivamente a tradicional economia de mercado em benefício da economia em rede. [...] Não esqueçamos que numa economia em rede, a propriedade continua existindo, mas se troca a cada vez menos. Aos compradores e vendedores substituem-lhes os mutuários e os usuários. [...] Numa economia em rede a substituição da lógica do acesso à da aquisição concerna todas as formas da propriedade. No entanto, insistimos sobre o fato de que o patrimônio material tangível é a cada vez menos importante para o exercício efetivo do poder, enquanto as propriedades imateriais são o coração da idade do acesso. São as ideias, sob forma de brevês, marcas registradas, direitos de reprodução, segredos de fabricação e redes de relações que permitem de definir uma nova forma de poder econômico, o dos super mutuários que controlam vastas redes de usuários. Essas redes de mutuários usuários favorecem a concentração de poder nas mãos de um reduzido número de organizações. [...] Desde o momento em que eles controlam as ideias finques que regulam a atividade econômica [...], estes super mutuários beneficiam-se de uma vantagem sem precedente na história da economia. As empresas que conseguem se assegurar o monopólio das ideias em algum setor de atividade [...] obrigarão a seus clientes a depender de seus estoques de ideias para poder sobreviver” (RIFKIN, 2000, p. 78-79) na Cibereconomia.

Na nova economia, o intercâmbio de bens entre vendedores e compradores é substituído por um sistema de acesso em curto prazo que opera entre mutuários e usuários organizados em redes. Na nova economia em rede, ao invés de trocar bens, as empresas controlam e regulam o acesso (RIFKIN, 2000, p. 11).

O bilhete à economia da informação e à sociedade do conhecimento engendra também desafios teóricos e práticos sobre os fundamentos da riqueza, a natureza dos preços e o próprio objeto de estudo da economia política.

Efetivamente, como para outras disciplinas (o direito, a engenharia, a biologia, a matemática, a estatística, etc.) o “oikonomos” deverá explicar agora as leis da casa que governam o funcionamento da produção,

distribuição, circulação e consumo do saber e do conhecimento. Num primeiro esforço analítico, o objeto de estudo da economia do conhecimento é a análise do processo pelo qual, transformam-se em mercadorias as invenções, as inovações, a criação intelectual, o conhecer e o saber. Nos novos manuais em que se ensinam administração e gerenciamento de empresas, já se substituiu a clássica definição de empresa enquanto instituição em que combinando recursos escassos se produzem bens econômicos (também úteis e escassos), pela de: “[...] centro de inovação, entendendo por inovação o processo de transformação do conhecimento em riqueza [...]”.

Ab initio, convém recordar que a economia do conhecimento e do saber se referem ao imaterial. Desde a Antiguidade, na Idade Média, e fundamentalmente com os pais fundadores da economia (De Montchrestien, Quesnay, Turgot, Smith, Ricardo, Malthus, Stuart Mill, Say, Marx), o imaterial definiu-se como atividade nobre e necessária, mas oposta ao “material” e ao “produtivo”, isso é àquelas coisas úteis e necessárias para a vida, fonte e símbolo da riqueza. O estudo dessas riquezas era objeto de estudo da Economia. Exceto para De Boisguilbert, Saint-Simon, Bastiat, Colson, Walras, o imaterial é sinónimo de improdutivo e impossível de tomar quantitativamente. Dito de outro modo, para a teoria econômica e os partidários dos enfoques quantitativos o imaterial era (e é?) um “problema”.

É a partir dos anos 1930, quando o imaterial se associa às atividades do setor “terciário”, que seu estudo acede às preocupações teóricas e analíticas dos pesquisadores e de outros profissionais da Economia e da Política. A fulgurante ascensão das produções imateriais e dos bens intangíveis a partir dos anos 50, em todas as sociedades e economias do planeta, começou a ser analisado sob o ângulo dos “serviços” (do Latim, *Servitium*: escravatura, servidão); esse termo compreende atividades tão diversas como é o caso dos serviços pessoais, financeiros, culturais, turísticos, comerciais, transporte, sistemas de saúde, segurança pública e nacional, a educação, etc. Com os trabalhos de Colin Clark (1941), J. Forestier (1949), V. Fuchus (1968), D. Bell (1974), J. Singelman (1974), A. Tofler (1990), A. De Toledo (1993 e 2000), A. Goldfinger (1994), J. Gadrey (1994, 1996 e 2000), L. Bensahel (1997) e J. Rifkin (2000) é que o imaterial se volta produtivo e gerador de

riqueza. Um novo campo de análise para a economia<sup>31</sup>. Uma nova oportunidade para renovar e/ou criar novas categorias e instrumentos analíticos que permitam sondar as leis do Oikonomos da sociedade da informação. Quanto aos profissionais aplicados a tomar a realidade quantitativamente, alguns já se lançaram à difícil tarefa de tomar e medir o invisível e intangível.

## **VI. A Divisão Internacional do trabalho do capitalismo da informação: a vantagem do conhecimento e a ordem tecnológica mundial no século XXI**

No capitalismo da informação, a Riqueza - seja ela considerada a nível micro ou macro - consiste na transformação de toda ideia, saber, ou conhecimento - industrial ou artístico - num bem econômico ou numa mercadoria intercambiável no mercado ou com possibilidades de acessar a ela no ciberespaço.

Os indicadores mais comumente utilizados para medir a capacidade criativa das energias do pensamento humano são:

Para a criação de conhecimento, as despesas em investigação e desenvolvimento (I+D) como parte da totalidade dos bens de uso final produzidos em setor de atividade específico, ou na totalidade de um sistema econômico (PIB); e/ou a quantidade de pesquisadores em I+D para cada milhão de pessoas, e/ou a quantidade de patentes outorgadas a residentes sobre cada milhão de pessoas, e/ou a arrecadação por conceito de royalties e direitos de exploração por habitante.

Para a difusão de conhecimento, os indicadores mais frequentemente utilizados são aqueles que medem o uso e o usufruto de um bem econômico ou de uma mercadoria, fruto da inovação científica e técnica por um número a cada vez maior de usuários (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, mistas, etc.) como, por exemplo, a quantidade de telefones celulares, ou de produtos informáticos, ou de usuários de internet pela cada mil pessoas.

A principal característica da produção da ciência e da tecnologia é sua alta concentração oligopólica, que é verificável tanto por região geográfica, grandes setores da atividade econômica, seu financiamento (principalmente privado e com fins civis, na União Europeia e Japão, enquanto o destino militar prima nos Estados Unidos),

como no âmbito das capacidades científicas (pesquisadores a tempo completo, quantidade de estudantes de nível superior, quantidade de doutores, a produção tecnológica medida em quantidade de patentes e de publicações científicas)<sup>32</sup>.

Em 2010, no que diz respeito à criação do conhecimento, o 95% da despesa mundial em I+D concentra-se em três grandes regiões: América do Norte (36,2%), Ásia (31,2%) e Europa (27,3%). O restante 5% distribui-se pelas outras regiões, o que confirma que na economia da informação a produção do conhecimento é altamente concentrada e oligopólica, mais ainda que qualquer outra magnitude socioeconômica que se desprende dos clássicos indicadores herdados da economia keynesiana presentes nas contas nacionais.

Por sua vez, no nível dos Estados, o 56% da despesa mundial em I+D concentra-se em três deles: Os Estados Unidos (33,5%), Japão (13,3) e China (9,2%). Os Estados com maior intensidade em I+D são aqueles que atingem e superam o 3% de seu PIB.

<sup>32</sup> Uma das fontes mais exaustivas do ponto de vista estatístico, sobre o tema que nos ocupa, é a que produz e publica a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), consagrada à apresentação e a análise dos Principais Indicadores da Ciência e da Tecnologia. Para o presente trabalho, temos utilizado o Relatório do Observatoire des Sciences et des Techniques (OST). O mesmo, não só recolhe os dados da OCDE, senão também os dos outros 16 membros do observatório, ministérios, institutos de investigação, universidades, grandes escolas, tanto franceses como europeus.

A amostra do Relatório OST compreende 30 Estados membros da OCDE mais a chamada OCDE "plus", isso é, aqueles Estados que no campo do I+D têm sido associados aos 30 membros da OCDE. Portanto, a análise sobre o poder tecnológico atual realiza-se a partir desse grupo de Estados que representam 14% da população mundial, mas que concentram quase  $\frac{3}{4}$  do rendimento bruto mundial, o 84% do comércio mundial e o 60% do consumo mundial de energia. Não se deve esquecer de que a economia do saber compreende também as produções do espírito humano, ou seja, todas aquelas que são do domínio do direito de autor, recursos e rendimentos que não são contabilizados nas contas da OCDE, nem no relatório do OST. Por outra parte, ambas as fontes de dados se concentram nas chamadas disciplinas duras: biologia, investigação médica fundamental, biologia aplicada, química, física, ciências do universo, ciência para a engenharia e matemáticas. Os dados mencionados nesse trabalho são tomados do relatório do Observatoire des Sciences et des Techniques. Ed. ECONOMICA, Paris, França, 2010.

<sup>31</sup> Ver bibliografia.

Quadro 12

DESPESAS EM I+D: DISTRIBUIÇÃO MUNDIAL E INTENSIDADE - 2007			
	Distribuição mundial (em %)		Intensidade em I+D (% em seu PIB)
1. EUA	33,5	1. Israel	4,76
2. Japão	13,3	2. Suécia	3,61
3. China	9,3	3. Finlândia	3,47
4. Alemanha	6,4	4. Japão	3,44
5. França	3,8	5. Coreia do Sul	3,21
6. Coreia do Sul	3,7	6. EUA	2,66
7. Reino Unido	3,5	7. Taiwan	2,62
8. Índia	2,2	8. Dinamarca	2,55
9. Rússia	2,1	9. Áustria	2,54
10. Itália	1,9	10. Alemanha	2,53

Fonte: com dados de OST 2010. Tableau 3-2-1-1, Ed. ECONOMICA, Paris, França, 2010, p. 385

O financiamento do I+D a nível mundial é fundamentalmente realizado pelo setor privado (63%), setor que é também quem executa 69% da I+D. No relativo às concorrências científicas e técnicas - os recursos humanos -, em 2007 tinha 151 milhões de estudantes no mundo: 42,9% na Ásia, 24,3% na Europa, 9,9% na América do Norte e 4,6% na América Central e do Sul, e África. Se considerar-se a quantidade de estudantes em relação à População Economicamente Ativa (PEA), os Estados Unidos possuem razão quase três vezes maior que a China e a Índia (11,5 contra 3,3 e 3,2 respectivamente).

Assim mesmo em 2007, os pesquisadores a tempo completo eram 6,6 milhões no mundo: 40,6% na Ásia, 30,4% na Europa e 24,3% na América do Norte. Relacionados com a PEA a razão é mais alta na América do Norte (7,42 por mil ativos) do que na Europa (5,86 por mil ativos) e do que na Ásia (1,89 por mil ativos).

Nesse mesmo ano, em relação à produção tecnológica medida por patentes de invenção, 98% das registradas no sistema americano de patentes repartem-se em três regiões: América do Norte (52,4%), Ásia (30,7%) e Europa (15,1%). Por sua vez, o 97% das patentes registradas no sistema europeu de patentes repartem-se em: Europa (45,6%), Estados Unidos (28,4%) e Ásia (23%).

Finalmente, também em 2007, quanto à produção científica e técnica medida pelas publicações científicas, 90% das publicações mundiais têm seus principais mercados na: Europa (38,6%), América do Norte (28,4%) e Ásia (24,3%).

No que se refere aos capitalismo que ascendem na hierarquia da economia mundial, nessa fase do

capitalismo da informação, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México – BRICSAM - constituem um grupo de economias e sociedades extremamente visíveis desde todo ponto de vista. Suas elites governamentais aspiram a que seus Estados e economias ingressem ao privilegiado e oligopólico grupo de regiões e estados dominantes nessa fase da economia mundial.

Nesse grupo heterogêneo, o capitalismo chinês sobressai-se nitidamente em termos de indicadores da economia da informação. É o único dos BRICSAM que tem progredido notavelmente nas últimas décadas e se acerca aos Estados Unidos e à Europa em todos os indicadores que medem a criação do conhecimento:

É o terceiro estado, depois dos Estados Unidos (34%) e do Japão (13,3%), em investimento em I+D sobre o total mundial;

Possui uma quantidade de pesquisadores similar à dos Estados Unidos, e ademais, detém 43% dos estudantes sobre o total mundial;

Entre 2003 e 2008, a participação de suas publicações científicas aumentou em 93%;

Em 2008, o escritório de patentes dos Estados Unidos outorgou mais duas vezes patentes a inventos de pesquisadores chineses (31%) que aos de pesquisadores europeus (16%)<sup>33</sup>.

Quadro 13

OS BRICSAM			
	% nas Despesas internas em I+D totais		% nas Publicações Científicas totais
1. China	9,35	1. China	8,78
2. Índia	2,26	2. Índia	2,85
3. Rússia	2,15	3. Rússia	2,02
4. Brasil	1,58	4. Brasil	1,92
5. México	0,51	5. México	0,61
6. África do Sul	0,37	6. África do Sul	0,36

Fonte: Relatório OST 2010, Ed. ECONOMICA, Paris, França, 2010, p. 369

A ascensão do capitalismo chinês na economia da informação deve seguir sendo analisada com atenção. Em primeiro lugar, como assinalam Michel Aglietta e Françoise Lemoine (AGLIETTA; LEMOINE, 2010, p. 32), a vertiginosa inserção internacional da China, nas três últimas décadas, se baseou fundamentalmente em abertura aos investimentos estrangeiros “para prender”

<sup>33</sup> Segundo relatório do OST 2010. p. 7



a tecnologia ínsita nelas, e em custo salarial próximo à noção da vantagem absoluta de Adam Smith. No entanto, Aglietta e Lemoine, realizando uma análise mais fina dos componentes do valor agregado das exportações chinesas, põem em evidência a reduzida inovação contribuída pelos pesquisadores chineses, quem ademais trabalham e produzem em laboratórios das EMGs ocidentais, relocadas e organizadas segundo a lógica da relação social de serviço. Em segundo lugar, e na mesma ordem de ideias, o trabalho de Jean-Raphaël Chaponnière e Marc Lautier demonstra que no circuito integrado de produção industrial na Ásia, a produção não só se organiza de acordo com a lógica de relação social de serviço, senão também a parte do valor agregado, fruto da inovação produzida pelos pesquisadores chineses, é relativamente fraca. Finalmente, os relatórios do Observatoire des Sciences et des Techniques (OST) relativizam a ascensão do capitalismo chinês na economia da informação, quando se observam o índice de densidade tecnológica<sup>34</sup>, o índice de especialização<sup>35</sup> e o índice de impacto<sup>36</sup>. Em conclusão, a produção genuína de conhecimento produzido pelo capitalismo chinês é ainda débil em frente ao estadunidense e ao de alguns europeus.

Como surge claramente desses indicadores, na economia da informação, as desigualdades de todo tipo e natureza seguem caracterizando as relações entre as regiões, os estados, as nações e outros atores das relações econômicas internacionais.

Na economia da informação e na sociedade do conhecimento, o saber aparece altamente oligopolizado pela téttrade dominante (Estados Unidos, Japão, União Europeia

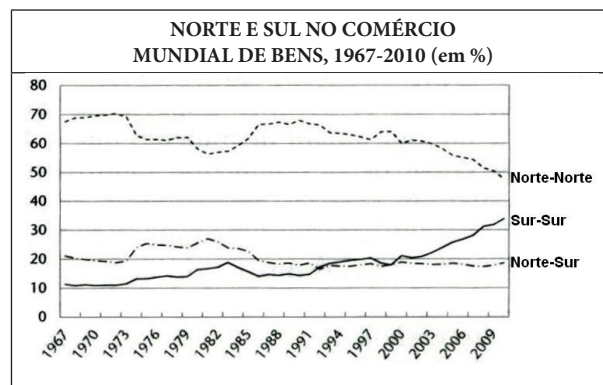
e parte de Ásia). No polo periférico e com escasso desenvolvimento tecnológico, coabitam e competem América Latina, Oriente Médio, Austrália/Nova Zelândia e África.

Enquanto o capitalismo estadunidense aparece especializado liderando os domínios tecnológicos referidos ao complexo biotecnológico-fármaco, à eletrônica e à eletricidade; o europeu o é na produção e comércio dos bens finais de consumo, na construção e nas obras públicas; o capitalismo asiáticos aparece em todos os domínios tecnológicos, em terceira posição.

Nessa interpretação sobre a divisão internacional do trabalho própria do capitalismo da informação, os capitalisms do Norte têm ainda vantagens consideráveis sobre o polo asiático e o resto do mundo em termos de produção de conhecimento. Em consequência, assentam sua especialização internacional em dita vantagem dinâmica e têm deslocado ao Sul as produções da primeira e segunda revolução industrial que têm nos recursos naturais, nas produções primárias e em algumas manufaturas que exigem escassos insumos tecnológicos suas vantagens comparativas segundo a clássica teoria ricardiana simbolizada no paradigmático exemplo do intercâmbio de Portugal e Inglaterra.

Dita interpretação sobre essa divisão internacional do trabalho e especialização produtiva comercial encontra-se, também, no trabalho de Chaponnière e Lautier quem, analisando a evolução do comércio mundial entre 1967 e 2010, observam que o Sul aumentou sua participação de 10% no comércio mundial em 1967, a 30% em 2010. Desagregando os fluxos comerciais segundo a natureza dos produtos, o comércio Sul-Sul é fundamentalmente de produtos primários, agrícolas e minerais, isso é, aqueles que consomem pouca I+D, enquanto o comércio Norte-Norte, e em menor medida o Norte-Sul, realiza-se sobre produtos “sofisticados”, ou seja, aqueles que consomem mais I+D como fruto da inovação e da produção do saber científico e técnico.

Gráfico 3



<sup>34</sup> O índice de densidade tecnológica mede a relação entre a quantidade de patentes registradas em um estado e sua população economicamente ativa. Ver Annexe B. Notes méthodologiques. Relatório do Observatoire des Sciences et des Techniques (OST). Ed. por Ed. Económica, Paris, França. 2008, p. 514-538; também, Annexe méthodologique. Relatório do OST 2010, op. cit. pp. 489-588.

<sup>35</sup> O índice de especialização mede a participação de um país e domínio tecnológico específico dividida pela participação desse mesmo país em todos os domínios tecnológicos. Ver Annexe B. Notes méthodologiques. Relatório do OST 2008, op. cit. pp. 514-538; também, Annexe méthodologique. Relatório do OST 2010, op. cit. pp. 489-588.

<sup>36</sup> O índice de impacto define-se como a quantidade de citações bibliográficas de um texto em determinado domínio tecnológico sobre a quantidade total de publicações desse domínio. Ver Annexe B. Notes méthodologiques. Relatório do OST 2008. op. cit. pp. 514-538; também, Annexe méthodologique. Relatório do OST 2010, op. cit. pp. 489-588.

Fonte: L'économie Mondiale 2013. Ed. La Découverte Collection REPÈRES, Paris, França, 2012, p. 93

## VII. As negociações sobre as reconfigurações dos centros de poder: para a pax senão-estadunense?

Nessa quarta fase de sua evolução histórica, a economia mundial e as relações internacionais expressarão o equilíbrio de poder e a ordem mundial que consigam negociar e estabelecer nas próximas décadas o polo ocidental - liderado por Estados Unidos e a União Europeia - e o oriental -, representado fundamentalmente pela China e em menor medida pela Índia -.

Para a metade do presente século, esses dois grandes polos se repartirão quase por metades o PIB mundial, e os capitalismo asiáticos concentrarão um pouco mais das 2/3 partes da população mundial.

Quadro 14

PROJEÇÕES DO PRODUTO BRUTO MUNDIAL (2025-2050) em %					
2025			2050		
EUA	27	52%	China	28	45%
União Europeia	25		Índia	17	
China	15	20%	EUA	26	41%
Índia	5		União Europeia	15	

Fonte: "Bilan du Monde 2007". L'Atlas de 174 pays. Ed. Le Monde. SA, Paris, França, 2007, p. 12

Quadro 15

PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO MUNDIAL (2050) em %			
América do Norte	4,9	Ásia do Sul	24,8
União Europeia	7,0	África	19,0
		Ásia do Leste	18,4
Total	11,9	Total	62,2

Fonte: Raison, Virginie: 2033. Atlas des Futurs du Monde. Ed. Robert Laffont, Paris, França, 2010, p. 18-19

Por sua vez, em 2050, é possível que os capitalismo emergentes dupliquem em termos de PIB, aos ocidentais.

Quadro 16

O PRODUTO DAS 10 ECONOMIAS MAIS PODEROSAS (em bilhões, PPC)			
2006		2050	
1) EUA	13.245	1) China	70.710
2) União Europeia)	9.164	2) EUA	38.514
3) Japão	4.336	3) Índia	37.668
4) China	2.682	4) União Europeia)	17.699
5) Canadá	1.260	5) Brasil	11.366
6) Brasil	1.064	6) México	9.340
7) Rússia	982	7) Rússia	8.580
8) Índia	909	8) Japão	6.677
9) Coreia do Sul	887	9) Coreia do Sul	4.083
10) México	851	10) Canadá	3.149

a) Somente Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

Fonte: World Economic Database. 2010. Em: Raison, Virginie: Atlas des Futurs du Monde. Ed. Robert LAFFONT, Paris, França, 2010, p. 22- 23

O atual processo de transferência de poder desde o Ocidente para Ásia consolida uma nova bipolaridade geoeconômica na cúspide do novo epicentro da economia mundial, o que deve ser analisado tendo em conta ao menos três grandes temas, de cuja negociação e resolução dependerão não só a divisão de papéis entre os dois polos, senão também a morfologia do mapa geopolítico próprio da economia da informação e da sociedade do conhecimento.

Esses temas são: a) a consolidação ou não da divisão internacional tecnológica que forjam os Estados e as EMGs líderes na produção e comércio do conhecimento; b) a negociação sobre o volumoso endividamento mundial e soberano que afeta desigualmente a quase todos os Estados do planeta; c) os termos e as condições que os Estados líderes e as poderosas EMGs conseguem ou não lembrar em protocolo internacional, que os vincule a um sistema de regras e normas sobre suas desiguais responsabilidades no aquecimento global e na mudança climática do planeta. Vejamos brevemente cada um deles no jogo que implica a busca de um novo equilíbrio e ordem mundial para o século XXI.

Sobre o primeiro tema, a especulação teórica e a importância política e macroeconômica são de observar e avaliar se nas próximas décadas a divisão tecnológica internacional do conhecimento, que analisamos no ponto anterior, consolida-se. Nesse sentido, os velhos capitalismo ocidentais do Norte possuem vantagens consideráveis na economia da informação e continuarão sendo o centro do capitalismo da informação. Conquanto os capitalismo do Norte tenham renunciado a posições no âmbito produtivo, no comercial, no monetário-financeiro e têm um descenso notório no seu poder demográfico, no entanto, seguem ainda representando 48,4% do produto mundial, e entre seus Estados todos possuem bom desempenho na economia do conhecimento, tal como o indicam Chaponnière et Lautier (CHAPONNIÈRE; LAUTIER, 2012, p. 92).

Quadro 17

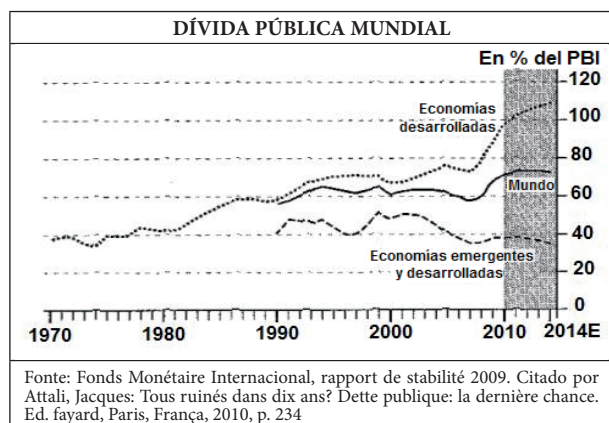
O NORTE NO PIB MUNDIAL - 2011 (em %)	
União Europeia	20,0
EUA	19,0
Japão	5,5
Canadá	1,7

Austrália	1,2
Suíça	0,4
Noruega	0,3
Israel	0,2
Nova Zelândia	0,1
Total	48,4

Fonte: elaborado com dados de *L'économie Mondiale* 2013. CEPII, Ed. La Découverte, Paris, França, 2012, p. 119-122

No que diz respeito ao segundo tema, o capitalismo do polo ocidental aparece, desde 1990, endividado com o resto do mundo, enquanto os emergentes surgem como credores. É o caso, sobretudo, da China, que é um dos principais credores da dívida pública dos Estados Unidos<sup>37</sup>.

#### Gráfico 4



Com consideráveis vantagens na produção e comércio do conhecimento, os velhos capitalismo ocidentais não só estão endividados, senão têm cedido posições no produto e no comércio mundiais. Nos últimos vinte anos, nos Estados Unidos e na zona euro, os governos de turno desmontaram todos os mecanismos reguladores que fundaram o crescimento e o estado de bem-estar do modelo taylor-fordista, de inspiração keynesiana. Simultaneamente a isso, se promoveu a

<sup>37</sup> O endividamento soberano do capitalismo ocidental financiado por não residentes permitiu que algumas grandes empresas emblemáticas do poderio estadunidense e europeu sejam agora propriedade de capitais estrangeiros. Como exemplo recorde-se: em 27/11/07 o Citigroup foi comprado em 7,5 bilhões, pelos fundos soberanos de Abu-Dabi; o 10/12/07 a União de Bancos Suíços foi comprada em 6,5 bilhões, pelos fundos soberanos de Singapura; e em 20/12/07 a Wall Street foi comprada em 5 bilhões, pela Chinese Investment Corporation. Ver sobre o tema: *Les Fonds Souverains*. Em: *L'économie mondiale* 2010. CEPII, pp. 77-92, op cit.

relocar produtivamente, fundamentalmente na Ásia - na China e nos Estados Membros da ASEAN -.

O magro crescimento econômico, nas últimas duas décadas, ocorreu devido ao aumento constante do consumo privado - via o endividamento das famílias -, mais que ao investimento em capital fixo e a um incremento do PIB.

#### Quadro 18

VARIÇÕES DO PIB (MÉDIAS ANUAIS)					
	AMÉRICA DO NORTE		ÁSIA		
	1990-2000	2000-2010		1990-2000	2000-2010
EUA	2,9	1,7	China	9,7	10,5
Canadá	2,8	1,9	Índia	5,4	7,8
México	2,9	1,8			

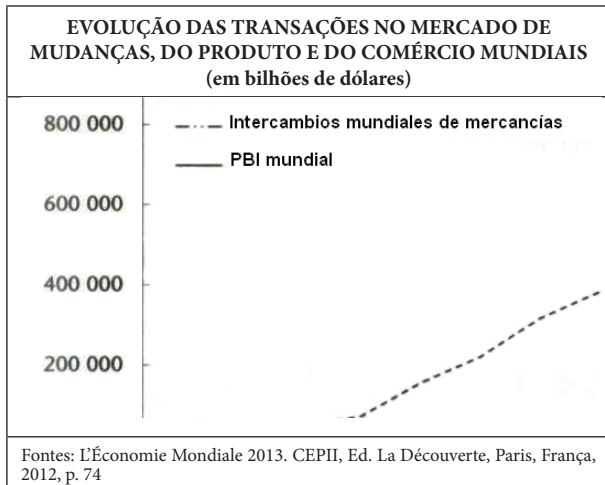
Fonte: *L'économie mondiale* 2004 e *L'économie mondiale* 2012. CEPII, Ed. La Découverte, Paris, França, 2003 e 2011, p. 107 e 120 respectivamente.

A partir de 1980, as políticas inspiradas nos postulados neoclássicos que impôs a “revolução conservadora” liderada por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, não conseguiram recuperar o crescimento econômico nem evitar a transferência de poder para o polo oriental. Em mudança, a ampla desregulamentação de todos os mercados favoreceu, espetacularmente, à especulação - na acepção mais ampla do termo - monetária e financeira, a qual teve no ano 2008 seu ponto culminante, pois em frente à impossibilidade dos bancos e instituições financeiras de cobrar seus créditos, esses passaram a engrossar as contas públicas, e, portanto, explicam o aumento notável da dívida soberana<sup>38</sup>.

Desde meados dos anos 80, as transações com a moeda - em valor e volume - foram e são superiores ao valor do produto e ao do comércio mundiais. A brecha entre a clássica “esfera real e a esfera financeira” não só reabriu o debate teórico e prático caro à economia política (entre os partidários de um enfoque de economia monetária e aqueles que são partidários de uma análise dicotômica da moeda), senão pôs em evidência a necessidade de negociar novamente sistema de normas e regras que ponham de acordo as questões monetárias e financeiras com a nova configuração geoeconômica e política da economia mundial, instaurando então um novo sistema monetário e financeiro pós Bretton Woods.

<sup>38</sup> Ver: ROSA e ÁVILA, 2011.

Gráfico 5



Finalmente, em relação ao terceiro tema, no que se refere à negociação sobre a mudança climática do aquecimento global, convém recordar, brevemente, alguns antecedentes sobre o que se negocia, como se negocia e quem negocia o aquecimento global e questões relativas à mudança climática.

Desde 1987, a Humanidade vive em crise ecológica<sup>39</sup>. A partir desse ano, o consumo da Humanidade excede, amplamente, as capacidades biológicas do Planeta de regenerar e reproduzir os ecossistemas que permitem, justamente, a vida no Planeta. Esse saldo é ainda mais deficitário, porque ao se somar a quantidade de despeitos à poluição que eles geram, ultrapassa, também, as capacidades do ecossistema do planeta Terra para absorvê-los.

Esse fenômeno, à base dos problemas ou questões meio ambientais, é conhecido e tratado como a “impressão ecológica” e sua magnitude se mede em hectares globais. Estima-se que ao finalizar a primeira década do século XXI, o Homem consumiu quase o equivalente a um planeta e meio em termos biológicos.

A existência de limites naturais à manutenção e à reprodução das lógicas que asseguravam o crescimento econômico da economia mundial (a capitalista e a estatal)<sup>40</sup> foi advertida em decorrência do ano 1972, quando o Clube de Roma apresentou o Relatório MEADOWS, titulado em inglês de “The Limits to Growth” (Os Limites do Crescimento). Nele, os autores concluem

que o crescimento da riqueza no espaço econômico do mundo conhecido até esse momento<sup>41</sup> se caracterizou por produções que consomem altos volumes de recursos naturais não renováveis e matérias primas, com efeitos negativos sobre o médio ambiente (poluição do ar, chuvas ácidas, despeitos industriais e outros tóxicos), e, portanto, com impactos que podem explicar as alterações dos ecossistemas.

Nesse mesmo ano, a problemática meio ambiental começou a ser reconhecida como verdadeiro desafio econômico e político internacional pelos principais atores (estatais e não estatais) das relações internacionais que debateram sobre o tema na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo. Ela desembocou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e, desde esse ano, uma série de tratados, protocolos e conferências sobre diversos temas relativos à crise ambiental (ver cronologia em anexo) assinalaram a tomada de consciência por parte das elites (políticas, econômicas, científicas, militares) da necessidade de pensar e atuar sobre o futuro do Planeta, redefinindo o conteúdo do crescimento econômico e assegurar assim a durabilidade da vida na Terra.

Em 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial em Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pelo Premiê Norueguês Gro Harlem Brundtland. Em 1987, a Comissão publica “Our Common Future”, mais conhecido pelo Relatório “Brundtland”. Assim é definido o desenvolvimento sustentável ou duradouro, como aquele no qual o crescimento econômico privilegia: a) a durabilidade dos produtos; b) a satisfação das necessidades sociais básicas; c) a equidade entre os indivíduos da presente geração e os da futura; d) e, a proteção do meio ambiente mediante gerenciamento ótimo do capital natural.

O relatório considera que o crescimento econômico é condição sine qua non da riqueza de qualquer sociedade, mas ele deve necessariamente mudar em sua qualidade, processo que deve ser realizado sem questionar a lógica do sistema capitalista.

É assim então que propõe, para as economias ricas e desenvolvidas, um capitalismo que assegure crescimento econômico centrado na qualidade de seus produtos, o qual será possível mediante a introdução de

<sup>39</sup> Ler a nota 1, na primeira parte deste texto.

<sup>40</sup> Ver na primeira parte deste trabalho as fases históricas da evolução da economia mundial.

<sup>41</sup> Entre 1420 e 1989, o PIB per capita de Europa Ocidental, em dólares de 1985, variou de 430 a 14.413 dólares americanos. Ver MADDISON, 1991, p. 10.



novas tecnologias que serão, ademais, protetoras do meio ambiente. Efetivamente, os progressos tecnológicos fruto da revolução científica que simbolizavam, já nos anos 80, o bilhete do capitalismo industrial ao da informação e do conhecimento, permitirão resolver dois dos maiores impactos negativos da ação do homem sobre o meio ambiente, a saber, o uso destrutivo dos recursos naturais e a redução da enorme quantidade dos desfeitos, abrindo dessa maneira uma fase na qual o crescimento econômico e a lógica do mercado seriam compatíveis com a preservação dos equilíbrios biológicos necessários à reprodução da vida no Planeta.

Por sua vez, para as economias menos avançadas, subdesenvolvidas, em via de desenvolvimento ou “emergentes”, o relatório propõe crescimento econômico intenso e rápido que permita o aumento do rendimento médio das famílias, fenômeno que freará o incremento demográfico e eliminará a pobreza e as injustiças que são depredadoras do meio ambiente e que afetam principalmente às populações pobres.

O relatório Brundtland propõe, finalmente, coordenação das políticas públicas e dessas com os atores privados, o que redundará em melhor funcionamento dos mercados, que por sua vez, mediante a cooperação internacional e bom gerenciamento do governo mundial, evitarão o aumento da impressão ecológica.

O relatório não se expede sobre as duas concepções que existiam já então, sobre como enfrentar a crise ambiental: por uma parte, os partidários do paradigma de um desenvolvimento sustentável de “baixa intensidade”; e por outra parte os de “alta intensidade”<sup>42</sup>. Os partidários do paradigma de “baixa intensidade” consideram que a impressão ecológica e a crise ambiental podem ser resolvidas pelos mecanismos do mercado capitalista. Longamente tributários do neoclassicismo walrasiano<sup>43</sup>, sustentam que os recursos naturais são os determinantes do crescimento econômico e da Riqueza nacional; o capital natural ou biológico, é considerado, como o físico ou o humano, perfeitamente, substituível graças ao progresso técnico. Os mecanismos intrínsecos a um mercado puro e perfeito asseguram uma administração

eficaz do capital natural. Os recursos não renováveis, em processo de esgotamento e de extinção, são também perfeitamente substituíveis pelos artificiais que são fruto da inovação científica própria ao capitalismo da informação e do conhecimento.

Quanto à contaminação, ela é assumida e definida como externalidade negativa no cálculo econômico; por isso seus custos, a cargo dos agentes contaminantes, darão lugar a imposto ou taxa a cargo desse ou mediante os direitos de propriedade que distribuem os custos entre o contaminante e o contaminado.

Em sentido contrário, para a concepção que considera o desenvolvimento sustentável de “alta intensidade”, o capital natural ou biológico possui um valor intrínseco e independente de sua utilidade e de seu uso econômico na produção da riqueza. Esses autores pensam que os recursos naturais, renováveis ou não, e os ecossistemas não são substituíveis; sua conservação e regeneração não são possíveis com uma política impositiva ou com uma regulação dos direitos de propriedade. Nessa concepção, a preservação dos recursos que dão lugar à vida no Planeta deve ser regida sobre critérios físicos e humanitários, descartando os monetários, porque os mecanismos biológicos não podem ser regulados pelas leis do mercado. A lógica da vida deve subordinar os imperativos econômicos à sobrevivência da espécie humana.

Na Conferência de Rio de Janeiro de 1992 adotou-se a “Agenda 21”, em que se apresentou uma estratégia mundial para modelar desenvolvimento sustentável, o qual foi definido, de acordo com o paradigma do desenvolvimento sustentável, como de “baixa intensidade”. Em consequência, desde então a ideia de crescimento econômico é compatível com a durabilidade dos recursos, dos produtos e as leis do mercado capitalista. Ademais, desde a Conferência de Rio, a agenda do desenvolvimento sustentável incorporou outros temas na análise da economia mundial e das relações internacionais, como o são as relações entre o Norte e o Sul, o combate à pobreza, os direitos do homem e a justiça social. A presença ativa do Estado e o planejamento nas políticas públicas reduziram-se em benefício de atores não estatais (ONGs e outras associações humanitárias) e as empresas. Esta definição do desenvolvimento durável e esses atores ganharam terreno na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em outros organismos internacionais. Sua preeminência

<sup>42</sup> Ver Kousnetzoff, Nina: *Le développement durable: quelles limites à quelle croissance?* Em: *L'économie mondiale 2004*. CEPII, Ed. La Découverte, Collection REPÈRES, Paris, França, 2003, p. 93-106.

<sup>43</sup> Ao respeito, pode ser lido HARRIBEY, 1998, especialmente o Capítulo 2: *L'économie de l'environnement*. p. 31-48.



teórica e política confirmou-se plenamente na Conferência Mundial de Johannesburgo em 2002, cujos resultados se difundiram amplamente no relatório “Os Objetivos do Milênio”.

As negociações iniciaram-se então, e realizam-se atualmente, sob o predomínio teórico e político do paradigma de “baixa intensidade”. Elas decorrem no marco da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática aprovada em 9/05/1992 que entrou em vigência no ano 1994. Ao dito acordo anexou-se o Protocolo de Kyoto, cuja negociação começou em 1997 e culminou em 16/02/2005, quando Rússia ratificou esse tratado. Sendo o Estado nº55 que aderiu a dito protocolo, que representava ao menos o 55% das emissões mundiais do CO<sub>2</sub>. O Protocolo de Kyoto não foi ratificado por Estados Unidos, China, Austrália e outros Estados com responsabilidade importante, ainda que diferenciada, na emissão dos gases CO<sub>2</sub>.

O Protocolo de Kyoto obrigou e definiu o marco jurídico e institucional no qual as negociações em si mesmas, a ação e os interesses dos Estados continuam respondendo a uma matriz geopolítica e econômica na qual a ordem pós-anglo-russo-estadunidense - em plena transformação - concebia a divisão “ambiental” internacional do trabalho, que hierarquizava e relacionava três categorias de sociedades e de Estados, a saber: a) os industrializados, obrigados a uma redução absoluta de emissão de gases - Estados Unidos e a União Europeia, fundamentalmente -; b) os chamados emergentes, que pretendem continuar negociando sobre o critério de objetivos de redução segundo a intensidade da emissão em proporção ao seu PIB, é o caso dos chamados BASIC<sup>44</sup>; c) e os restantes são obrigados, na medida de suas capacidades, a mitigar os efeitos nocivos da emissão de gases contaminantes.

É sobre essa concepção das responsabilidades diferenciadas dos Estados quanto à mudança climática que o Protocolo de Kyoto vincula aos Estados que o ratificou cobrindo o período 2008-2012, período durante o qual se pensava reduzir em 5,5% as emissões mundiais de CO<sub>2</sub>.

Mas, desde 2008 em diante, as responsabilidades dos principais Estados e economias nas emissões de gases CO<sub>2</sub> modificaram-se notavelmente, como no caso do

endividamento: para 2007-2020, o Estado com maior responsabilidade no aquecimento global e a mudança climática do Planeta seria China (27%), e lhe seguiriam Estados Unidos (16%), União Europeia (11%), Índia (6%) e Rússia (5%)<sup>45</sup>.

Em outros termos: China cresceu produtivamente muito e rapidamente nos últimos trinta anos; mas transformou-se no primeiro Estado contaminante do Planeta e, em consequência, é a cada vez mais difícil que seus dirigentes continuem reivindicando e negociando como se China fosse ainda um país do Anexo II, e, portanto, não submetido às exigências que sim têm os capitalistas ocidentais<sup>46</sup>.

O presidente dos Estados Unidos e boa parte de seus principais assessores em matéria de economia e de política internacional são plenamente conscientes do interesse e desafio que contém e implicam as negociações pós-kyoto: estabelecer, em definitivo, normas e princípios que reflitam o novo equilíbrio de poder no mundo e que substitua, definitivamente, aos que pactuaram na Conferência de Casablanca, na de Malta e na de Potsdam, os vencedores da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras do Presidente Obama:

“[...] O país que possa conduzir ao mundo para a criação de uma nova economia baseada nas energias limpas, será o país que vai dirigir a economia mundial no século XXI”<sup>47</sup>.

Agora, a capacidade de um capitalismo organizando em uma “economia baseada nas energias limpas” está no epicentro das negociações sobre a nova ordem mundial senão-estadunidense. Nesse sentido, a posição dos atores nas negociações meio ambientais e globais apresenta-

<sup>45</sup> Segundo IEA, World Energy Outlook 2008, Citado em Auverlot, Denis: Les négociations sur le changement climatique: vers une nouvelle donnée internationale. Citado em, Criqui, Patrick e Ilasca, Constantin: Après Copenhague: le climat dans le nouvel équilibre du monde. Em: L'économie mondiale 2011. CEPPI, Ed. La Découverte, Paris, França, 2010, pp. 89-102; e pode ser consultado sobre o tema: Tirole, Jean: Politique climatique: une nouvelle architecture internationale, <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/094000513/index.shtml>

<sup>46</sup> Sobre este tema e problemática, ver a nota 1, na primeira página, e o glossário em anexo. Também Beaud, Michel: FACE AU PIRE DES MONDES.

<sup>47</sup> Escritório de imprensa da Casa Branca, 29 de junho de 2009. Citado, em Auverlot, Denis: Les négociations sur le changement climatique: vers une nouvelle donnée internationale. Rapport et document, Centre d'analyse stratégique, Premier Ministre, République Française, Janvier 2010.

<sup>44</sup> BASIC, isto é: Brasil, África do Sul, Índia e China.

se, grosso modo, da seguinte maneira: o polo ocidental negocia o novo equilíbrio mundial, consciente de que conservará importantes quotas do poder em termos de produto, o comércio e o investimento direto mundiais, ainda que todas as previsões para as próximas décadas considerem que os ritmos de crescimento dessas variáveis sejam menores que as que deveriam registrar as economias asiáticas<sup>48</sup> (ARCE, ?), as quais, em consequência, poderão aumentar sua participação em ditos fluxos, sobretudo no demográfico, pelo menos até 2030/2040.

No que diz respeito à concorrência no avanço para a Economia da Informação e à Sociedade do Conhecimento, a atual ordem tecnológica mundial mostra que a tetrade (EUA, Japão, UE e China) domina e “oligopoliza” a produção e o comércio do conhecimento. Ao interior dos quatro grandes, tecnologicamente, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão impõem as especializações nos domínios industriais reconvertidos ou desenvolvidos pela inovação científica e técnica. Os Estados Unidos lideram amplamente nos ramos referentes ao complexo fármaco e às biotecnologias, na eletrônica e na eletricidade; os capitais da União Europeia são líderes na produção dos bens finais próprios ao consumo dos lares, na produção de bens de equipe, a construção e as obras públicas, a química e os procedimentos industriais. Os capitais asiáticos (Japão, China e os membros da ASEAN) aparecem longe dos ocidentais em todos os domínios, como já o vimos no ponto anterior.

Por sua vez, o polo asiático, liderado por China, continua ganhando posições nos fluxos clássicos da economia mundial, com taxas de variação positivas e líquidas claramente superiores às que registram os capitalismos ocidentais.

Apesar de que a China aparece sendo credora dos capitalismos ocidentais; sua moeda (Renminbi ou Yuan) apreciou-se nos últimos cinco anos de maneira considerável em relação à moeda de seus competidores ocidentais; inclusive, o governo chinês tem estimulado sua internacionalização e emite sua moeda desde Hong-Kong. No entanto, o renminbi não está em condições ainda de substituir ao cabisbaixo dólar estadunidense e de assumir a função de uma moeda internacional, e menos ainda de poder assegurar a liquidez e a convertibilidade

no sistema monetário internacional.

Forte no produtivo em frente aos ocidentais, mas não tanto no monetário e financeiro, o capitalismo chinês não está em condições de negociar em posição de líder, o estabelecimento de um sistema normativo internacional que regule e sancione a responsabilidade dos Estados na mudança climática, como hoje o Estado chinês é o primeiro emissor de gases contaminantes e destruidor do bem público comum da Humanidade: a atmosfera.

Para desenvolver sistemas econômicos que produzam Riqueza baseados nas energias limpas, isso é, crescimento econômico duradouro ou sustentável como o definiu o Relatório Brundtland<sup>49</sup>, mais precisamente, sem esgotar os ecossistemas<sup>50</sup> nem aumentar a já enorme impressão ecológica<sup>51</sup>, as elites da nova bipolaridade não poderão subtrair as negociações sobre a mudança climática daquelas que regulam, por uma parte, o comércio mundial na OMC, organização da qual China é membro desde 2001 e, por outra parte, as que fazem funcionar, de fato, o sistema monetário internacional desde 1971.

Na OMC, as negociações sobre os direitos de propriedade intelectual serão objeto de particular atenção, visto que o comércio do saber começa a conhecer novas formas de ser administrado<sup>52</sup> tanto pelos atores do Norte “rico”, como pelos emergentes do Sul “pobre”.

No referente ao monetário e financeiro como assinalam Bénassy-Quéré e Pisani-Ferry<sup>53</sup>, o oligopólio de Estados que hoje governam juntos a economia mundial deveria poder criar consenso sobre

<sup>49</sup> Em 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial em Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pelo Premiê Norueguês Gro Harlem Brundtland. Em 1987, a Comissão publica “Our Common Future”, mais conhecido pelo Relatório “Brundtland”. Nele se define o desenvolvimento sustentável ou duradouro como aquele no qual o crescimento econômico privilegia: a) a durabilidade dos produtos; b) a satisfação das necessidades sociais básicas; c) a equidade entre os indivíduos da presente geração e os da futura; d) a proteção do meio ambiente realizando um gerenciamento ótimo do capital natural.

<sup>50</sup> Ver nota 1 na primeira parte.

<sup>51</sup> Idem à 91.

<sup>52</sup> É o caso das licenças não voluntárias, a comunidade “patent pools”, as plataformas comuns de tecnologias limpas, etc. Ver a respeito: *Propriété intellectuelle et changement climatique: combiner incitation à l’innovation et logique de partage*. Em Auverlot, Denis: *Les négociations sur le changement climatique: vers une nouvelle donnée internationale*. Rapport et document. Centre d’analyse stratégique, op. cit., Capítulo 5.

<sup>53</sup> *Le retour des controverses monétaires internationales*. Em: *L’économie mondiale 2011*. CEPII. p. 74-87.

<sup>48</sup> Sobre a dependência tecnológica de China em relação aos capitais ocidentais, ver AGLIETTA e LEMOINE, 2010, p. 32-49)

administração cooperativa das moedas aos efeitos de pôr em correspondência os atores e fluxos monetários e financeiros com a atividade real da economia mundial, e com a atual distribuição do poder entre os Estados Unidos, a União Europeia e China na cúspide da economia mundial, tal como se esboça para o presente século.

Na linha de análise e de proposição de Barry Eichengreen, e das que surgem do Relatório Global Currencies for Tomorrow: a European Perspective<sup>54</sup>, o dólar estadunidense, o euro e o renminbi poderiam compartilhar o estatuto de moeda nacional/internacional assegurando a necessária liquidez e convertibilidade em suas respectivas zonas de influência nas relações econômicas internacionais.

Em consequência, a constituição de um sistema monetário internacional multipolar implicaria, ou seria, o resultado de compromisso entre os Estados líderes pelo qual os Estados Unidos deveriam conceder e aceitar compartilhar o monopólio da emissão da moeda mundial e, em contrapartida, a China deveria aceitar flexibilizar sua política cambial e, junto aos demais emergentes, acumular menos reservas a mudança de um maior acesso aos créditos internacionais do Fundo Monetário; por sua vez, a União Europeia deve continuar estimulando a reforma das instituições de Bretton Woods, aumentando a presença dos Estados emergentes, processo atualmente em curso no seio do G20.

Sem dúvidas, deverá ser continuado observando se o oligopólio dos Estados líderes continua e consolida o novo equilíbrio mundial, que ponha de acordo a economia da informação e a divisão tecnológica/ambiental do trabalho com o poder dos atores (estatais e não estatais) próprios do século XXI.

## Conclusão

No último meio século, a economia mundial e as relações internacionais tornaram-se mais densas e complexas do que o tinham sido nas fases anteriores. Um número maior de atores, estatais e não estatais, desenvolvendo atividades lícitas e ilícitas, bem como

a chegada de novos temas na agenda internacional, caracterizam esses últimos cinquenta anos como aqueles que definem uma realidade econômica e geopolítica própria do século XXI.

A grande mutação e o giro civilizacional que implica a Economia da Informação e a Sociedade do Conhecimento explicam as novas teorias sobre a natureza da matéria e da energia, bem como as alterações profundas dos alicerces econômicos e políticos que herdamos da Idade Moderna.

O bilhete a uma economia e sociedade organizadas de acordo com a lógica capitalista que conseguiu associar a produção de mercadorias à produção do conhecimento não só está modificando as condições clássicas da produção das mercadorias, senão também os fundamentos da riqueza e do poder, seja em nível dos indivíduos, das famílias, das empresas e dos Estados.

É sobre essa realidade que impõe o capitalismo da informação, que devem ser presas, nessa quarta fase de sua evolução histórica da economia mundial, as relações dos povos e das nações - economia interna ou nacional - como aquelas que se tecem entre as nações e os Estados - economia internacional - e que formam a economia no e do Mundo.

O rendimento à economia da informação está-se processando de maneira extremamente desigual porque a produção do saber é um processo fortemente concentrado e oligopolizado, características verificadas tanto a nível geográfico - segundo as Regiões e os Estados - como nos domínios tecnológicos ou no âmbito das capacidades científicas e técnicas que possuem as economias e os Estados na economia mundial.

A tétrade dominante e líder no capitalismo da informação (EUA, UE e parte de Ásia) parece constituir o centro o qual se forja a divisão mundial tecnológica/ambiental do trabalho, própria do capitalismo da informação e do qual as novas e antigas periferias dependem científica e tecnicamente, seja para continuar produzindo manufaturas com escassa incorporação de conhecimento, seja para tentar novas produções que consumam energias limpas”.

Nesse palco, os velhos capitalismos ocidentais possuem vantagens dinâmicas consideráveis, fruto da liderança que ostentam na economia do Saber, vantagens que seguramente fazem parte das atuais negociações sobre o processo de reconfiguração dos centros de poder da economia mundial. É possível que os capitalismos

<sup>54</sup> Destais, Christophe: Les grands dossiers économiques du G20 sous présidence française. Em: L'économie mondiale 2012. CEPII, Ed. La Découverte, Collection REPÈRES, Paris, França, 2011, p. 68-88.

do polo ocidental utilizem as vantagens dinâmicas na economia do saber, das quais são tributários tanto os capitalismos emergentes como as formações sociais dominadas.

Em contrapartida deverão ceder aos capitalismos emergentes lugar importante em novo sistema monetário e financeiro, bem como o governo e a administração em alguns organismos internacionais criando, de fato quicá, um sistema pós Bretton Wood. Esses acordos e compromissos podem engendrar ordem geopolítica que consiga verdadeira correspondência entre os atores e os fluxos da economia da informação, a divisão tecnológica ambiental do trabalho com os novos centros de poder próprios da realidade do século XXI.

### **Cronologia**

1972:  
Clube de Roma: Informe Meadows “The limits to growth”. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano. Estocolmo.  
Cria-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.  
Assina-se: - o Convênio UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.  
- o Convênio sobre o Comércio de espécies ameaçadas da fauna e flora silvestres.  
1977:  
Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação. Organiza-se, no Quênia, o Movimento Cinturão Verde.  
1979:  
Primeira Conferência Mundial sobre o Clima.  
Conferência sobre a conservação das espécies migratórias de animais silvestres.  
1980:  
Publica-se, nos Estados Unidos, Perspectivas do Meio Ambiente 2000 (GEO).  
Estabelece-se o Programa Mundial sobre o Clima.  
1982:  
Convenção Mundial das Nações Unidas sobre o Direito do Mar  
Carta Mundial da Natureza  
1983:  
Constitui-se a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pelo Primeiro Ministro Norueguês, Gro Harlem Brundtland.  
1984:  
Conferência Industrial Mundial sobre a Proteção do Meio Ambiente.  
1985:  
Conferência de Viena sobre a camada de ozônio.  
Conferência sobre mudanças climáticas e o efeito estufa.  
1987:  
Protocolo de Montreal, para deter a deterioração da ca-

mada de ozônio.

1989:  
Convênio de Basileia sobre os movimentos transfronteiriços dos resíduos perigosos.  
1990:  
Criação GIEC: estabelece-se o Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre Mudanças Climáticas  
- Primeiro Relatório GIEC  
1992:  
A Cúpula para a Terra. Rio de Janeiro.  
Assina-se a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CCNUCC)  
Convênio sobre a Diversidade Biológica.  
1993:  
Convênio sobre Armas Químicas  
Conferência Mundial de Direitos Humanos  
1994:  
Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento.  
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. Copenhague.  
Entra em vigência CCNUCC.  
1995:  
Segundo Relatório GIEC.  
1996:  
Conferência das Nações Unidas sobre Assentamento Humano. Habitat II. Estocolmo.  
Conferência Mundial sobre Alimentação.  
Cria-se a IO 14.000 para premiar a eficiência industrial.  
Tratado de proibição total dos testes nucleares.  
Terceira COP, que desemboca no Protocolo de Kyoto.  
1997:  
Assina-se o Protocolo de Kyoto  
Convênio de Rotterdam, regulando o comércio internacional de pesticidas e produtos químicos perigosos.  
1998:  
Pacto do milênio sobre direitos trabalhistas, direitos humanos e proteção ambiental.  
2000:  
Protocolo de Cartagena sobre Segurança da Biotecnologia.  
Fórum Mundial da Água em Haia.  
2001:  
Convênio de Estocolmo sobre os contaminantes orgânicos persistentes.  
Terceiro Relatório GIEC.  
2002:  
Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável. Johannesburg.  
2005:  
Entra em vigência o Protocolo de Kyoto.  
2007:  
Conferência de Bali.  
Quarto Relatório GIEC.  
2009:  
Conferência de Copenhague.  
2010:  
Conferência de Cancun.

2011:  
Conferência de Durban.  
2012:  
Rio+20. O futuro que queremos.  
2014:  
Quinto Relatório GIEC

## Referências

- AGLIETTA, Michel. *Macroéconomie financière*. 2. Crises financières et régulation monétaire. 4e édition entièrement refondue et mise à jour Paris: La Découverte, 2005.
- AGLIETTA, Michel. *Zone Euro*. Éclatement ou fédération. Paris: Michalon Éditions, 2012.
- ALADI: Publicaciones: Boletín Electrónico Comercio Exterior en Cifras; Cuadernos ALADI; Documentos Destacados de la ALADI; Documentos Informativos; Estudios; Informes sobre el Proceso de Integración, Países de Menor Desarrollo Económico Relativo.
- ARCE, Gustavo. América Latina Siglo XXI: en los intersticios de la Economía Mundial. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho* (ABET), São Paulo, out. 2003.
- ARCE, Gustavo. Derecho de propiedad y nueva economía en Jeremy Rifkin. En el anuario nº2, Área socio jurídica. Facultad de Derecho – Udelar, Ed. FCU, Montevideo, Uruguay, 2003.
- ARCE, Gustavo. *El Capitalismo de La Sociedad de la Información*. En La Sociedad de la Información: Aspectos económicos, jurídicos y políticos de la «nueva economía». Montevideo: FCU, 2001.
- ARCE, Gustavo. Las negociaciones sobre cambio climático y las relaciones internacionales en la primera década del siglo XXI. En el anuario nº6, Área socio jurídica, Facultad de Derecho – Udelar, Ed. FCU, Montevideo, Uruguay, Setembro 2012. p. 47-57.
- ARCE, Gustavo. *Mutaciones Planetarias y oikos nomos de la información*. Ciclo de Conferências 2008, Publicado em 2009. Disponível em: <[www.usp.br/prolam/downloads/2009\\_1\\_7.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2009_1_7.pdf)>. Acesso em: 14 mar 2012
- ARCE, Gustavo. Mutações Planetárias: Mutações planetárias: do bloqueio generalizado da lógica taylorfordista à relação social de serviço. A nova matriz produtiva do capitalismo da informação (2000-2005). Na América Latina. No labirinto global. Economia, Política e Segurança. Organizadores: ROSA, Renata de Melo; ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. Curitiba: CRV, 2011. p. 193-209.
- ARROW, Kenneth J. Economic Welfare and the Allocation of Resources for Inventions. En Nelson Editor: *The Rate and Direction of Economic Activity: Economic and Social Factors*. Princeton University Press, Princeton, 1962.
- ASKENAZY, Philippe; COHEN, Daniel. *18 nouvelles questions d'économie contemporaine*. Paris: Albin Michel, Collection Pluriel, 2010.
- ATTALI, Jacques. *Demain qui gouvernera le Monde?* Paris: Fayard 2011.
- ATTALI, Jacques. *Tous ruinés dans dix ans ?*, Paris: Fayard, 2010.
- BATTISTELLA, Dario: THÉORIES DES RELATIONS INTERNATIONALES. Ed. Les Presses de Sciences Po, Paris, 2003.
- BAUMOL, William J.; OATES, Wallace E. *The Theory of Environmental Policy*. Cambridge University Press, 1988.
- BEAUD, Michel. *Face au pire des mondes*. Éditions du Seuil, Paris: 2011.
- BEAUD, Michel. *Histoire du capitalisme - 1500-2010*. 6e edition. Paris: Éditions du Seuil, 2010.
- BEAUJARD, Philippe; BERGER, Laurent; NOREL, Philippe. *Histoire globale, mondialisations et capitalisme*. Paris: La Découverte. Collection «Recherches», 2009.
- BIZZOZERO Revelez, Lincoln. *Aproximación a las relaciones internacionales*. Una mirada desde el siglo XXI., Montevideo: Cruz del Sur, Uruguay, 2011.
- BOURGUINAT, Henri. *Finance internationale*. «Après l'euro et les crises». 4e édition revue et corrigée. Paris: PUF, Collection THÉMIS, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society: The Information Age: Economy, Society and Culture*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.
- CENTRE D'ÉTUDES PROSPECTIVES ET D'INFORMATIONS INTERNATIONALES (CEPII). Publicaciones anuales: *L'économie mondiale*., Paris: La Découverte, Collection REPÈRES, ano.
- CEPAL. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010. «Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad». PNUD. N.Y. EUA.; Políticas Públicas para el Desarrollo de Sociedades en América Latina. Junho 2005.; OBJETIVOS DE DESARROLLO DEL MILENIO: Una Mirada desde América Latina y el Caribe. Agosto 2005; Anuario estadístico; -Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe; Estudio económico de América Latina y el Caribe; La inversión



extranjera en América Latina y el Caribe; Panorama social de América Latina; Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe.

CHURCHILL, Winston. *The Second World War, Triumph and Tragedy*. Book 2, Chapter 15. New York: Bantam Books, 1962.

Comisión Europea: LA UNIÓN EUROPEA, AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: UNA ASOCIACIÓN ESTRATÉGICA. Oficina de Publicaciones, 2005, <http://publications.eu.int>

CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO Y DESARROLLO (CNUCD). Informes sobre: Las inversiones en el Mundo. Informes anuales; El comercio y el desarrollo. Panorama general; La economía de la información. 2007-2008. El nuevo paradigma de las TIC. Panorama geral; La economía de la información. 2005.

CORREA, Eugenia; DÉNIZ, José; PALAZUELOS, Antonio. América Latina y desarrollo económico. Estructura, inserción externa y sociedad. Madrid: AKAL, 2009.

DAVID, Charles-Philippe. *La guerre et la paix. Approches contemporaines de la sécurité et de la stratégie*. 2e édition., Paris: Les Presses de Sciences Po, França, 2006.

DE MONTBRIAL, Thierry. *Vingt ans qui bouleversèrent le monde*. De Berlin à Pékin. Paris: Dunod, 2008.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. (hijo): *Theorías en pugna en las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, Colección Estudios Internacionales, 1993.

FAPESP. *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo 2010*. São Paulo: FAPESP, 2011.

GADREY, Jean. *L'économie des Services*. Paris: La Découverte, França, 1996.

GADREY, Jean. *Nouvelle Economie, Nouveau Mythe?* Paris: Flammarion, 2000.

GUELLEC, Dominique. *Économie de l'Innovation*., Paris: La Découverte, 1999.

IGLESIAS, Enrique V. *Reflexiones sobre el desarrollo económico. Hacia un nuevo consenso latinoamericano*., New York /Washington : BID, 1992.

LÉVÊQUE, François. *Économie de la réglementation*., Paris: La Découverte, 2004.

LÉVÊQUE, François; MENIÈRE, Yann. *Économie de la Propriété Intellectuelle*., Paris: La Découverte, 2003.

MADDISON, A. *The World Economy: a millennial perspective*. Paris: OCDE, 2001.

MAGNOLI, D. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORENO, Luis Alberto. *La década de América Latina y el Caribe, una oportunidad real*. New York: BID, 2011.

MUCCHIELLI, J. L.; MAYER, T.: *Économie internationale*. Paris: DALLOZ, 2010.

Naciones Unidas: Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010. Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad. PNUD.; Perspectivas del Medio Ambiente Mundial. GEO 4. Medio Ambiente para el Desarrollo. Resumen ejecutivo para los tomadores de decisiones (RTD). PNUMA.; Informe sobre Desarrollo Humano. Informes anuales. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Ediciones Mundi-Prensa; World Investment Report. Informes anuales. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo; Informe Desarrollo Humano en Uruguay. 2005; La Democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. PNUD. 2004; Internacional Year Book of Industrial Statistic. ONUDI. Vienna. Relatórios anuais.

NOREL, Philippe. *L'invention du marché. Une histoire Économique de la mondialisation*., Paris: Éditions du Seuil, 2004.

ONU. <http://www.un.org/es/documents/udhr/>. Acesso em 15/08/2013.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO: Estadísticas del Comercio Internacional. Relatórios anuais.

PÉREZ Matia; Eduardo Felipe. *A humanidade e suas fronteiras do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e terra, 2010.

PIGOU, Arthur C. *The Economics of Welfare*. Londres: Macmillan, 1932.

RAISSON, Virginie. 2033. Atlas des Futurs du Monde. Paris: Robert Laffont, 2010.

RIFKIN, Jeremy. *L'âge de l'accès. La révolution de la nouvelle économie*. Paris: Découverte, 2000.

SELA: Documentos: Relaciones Extrarregionales; Relaciones Intrarregionales; Cooperación Económica y Técnica.

THORP, Rosemary. *Progreso, pobreza y exclusión: una historia de América Latina en el siglo XX*. BID-Unión Europea, 1998.

UNCTAD. *Informe sobre la Economía de la Información*. Naciones Unidas. New York /Ginebra. 2005.

UNCTAD. World Investment Report». Transnational Corporations and the Internationalization of R&D. United Nations, New-York /Geneva, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Madri: Siglo XXI de España editores, 1979.

WALRAS, Léon. *De la Propriété Intellectuelle*. En Walras, Auguste et Léon: *Œuvre économique complète*. Paris: Economica, 1990.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Information Technology Report 2010-2011*. Transformations 2.0. 10th Anniversary Edition, Editores: Soumitra Dutta e Irene Mia.